



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO
Modalidade à Distância

SÃO PAULO
DEZEMBRO / 2011

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Roussef

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Pacheco

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Thomas Edson Filgueiras Filho

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Yoshikazu Suzumura Filho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Gersony Tonini Pinto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

João Sinohara da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Garabed Kenchian

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO PAULO

Carlos Alberto Vieira

ÍNDICE	Página
1. Identificação da Instituição	5
1.1 Missão	6
1.2 Histórico institucional	6
1.2.1 - A Escola de Aprendizizes e Artífices da São Paulo	8
1.2.2 - O Liceu Industrial de São Paulo	9
1.2.3 - A Escola Industrial de São Paulo e a Escola Técnica de São Paulo	10
1.2.4 - A Escola Técnica Federal de São Paulo	12
1.2.5 - O Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	13
1.2.6 - O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo	14
1.3 - Histórico do <i>Campus</i> São Paulo	17
2. Justificativa	19
2.1 Modalidade à Distância via Internet com componente presencial (semipresencial)	23
3. Demanda de Mercado	25
4. Objetivo	26
4.1 Objetivo Geral	26
4.2 Objetivo Específico	27
5. Requisito de Acesso	27
6. Perfil Profissional do Egresso	28
7. Implantação da Modalidade à Distância via Internet com componente presencial (semipresencial)	29
7.1 Bases legais	30
7.2 Implantação:	30
7.3 Aspectos Necessários para a implantação do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio na modalidade à distância via Internet com componente presencial (semipresencial)	30
7.3.1 Pólos de Apoio Presencial	30
7.3.1.1 A implementação de pólos	31
7.3.2 Professores Formadores e Tutores	32
7.3.3 Recursos Tecnológicos e <i>Design</i> educacional	34
7.3.3.1 Ambiente virtual de ensino-aprendizagem (AVEA)	34

7.3.3.2 <i>Design</i> educacional	36
7.4.3 Avaliações	36
7.4.3.1 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	36
7.4.3.2 Avaliação do Curso e do Processo de Implantação	37
8. Organização Curricular	38
8.1 Características do curso à distância via internet com componente presencial	40
8.2 Estrutura Curricular	42
8.3 Seminários da Prática Docente	42
8.4 Sugestão da Estrutura básica de cada disciplina (material online)	43
8.4.1 Estruturação de abertura do material online	44
8.5 Cronograma Geral provisório de Implantação – 2011-2/2012-1	45
8.6 Ementas	47
8.7 Estágio Curricular Supervisionado	65
8.7.1 Projeto de estágio supervisionado	67
9. Aproveitamento de Estudos	69
10. Colegiado de Curso	69
11. Atendimento ao Discente	73
12. Certificação	74
12.1. Modelo de Certificado	74
13. Núcleo Docente Estruturante	75
14. Corpo Docente	75
15. Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico	76
16. Bibliografia	76

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10882594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé - São Paulo/Capital - **CEP:** 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7563 (Reitoria) - **FACSIMILE:** (11) 2763-7650

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: proensino@cefetsp.br

DADOS SIAFI: UG: 153026 - GESTÃO: 15220

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOPTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.1 MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua com a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

1.2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Historicamente, a educação brasileira passa a ser referência para o desenvolvimento de projetos econômico-sociais, principalmente, a partir do avanço da industrialização pós-1930.

Nesse contexto, a escola como o lugar da aquisição do conhecimento passa a ser esperança de uma vida melhor, sobretudo, no avanço da urbanização que se processa no país. Apesar de uma oferta reduzida de vagas escolares, nem sempre a inserção do aluno significou a continuidade, marcando a evasão como elemento destacado das dificuldades de sobrevivência dentro da dinâmica educacional brasileira, além de uma precária qualificação profissional.

Na década de 1960, a internacionalização do capital multinacional nos grandes centros urbanos do Centro Sul acabou por fomentar a ampliação de vagas para a escola fundamental. O projeto tinha como princípio básico fornecer algumas habilidades necessárias para a expansão do setor produtivo, agora identificado com a produção de bens de consumo duráveis.

Na medida em que a popularização da escola pública se fortaleceu, as questões referentes à interrupção do processo de escolaridade também se evidenciaram, mesmo porque havia um contexto de estrutura econômica que, de um lado, apontava para a rapidez do processo produtivo e, por outro, não assegurava melhorias das condições de vida e nem mesmo indicava mecanismos de permanência do estudante, numa perspectiva formativa.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDB 5692/71, de certa maneira, tentou obscurecer esse processo, transformando a escola de nível fundamental num primeiro grau de oito anos, além da criação do segundo grau como definidor do caminho à profissionalização. No que se referia a esse último grau de ensino, a oferta de vagas não

era suficiente para a expansão da escolaridade da classe média que almejava um mecanismo de acesso à universidade.

Nesse sentido, as vagas não contemplavam toda a demanda social e o que de fato ocorria era uma exclusão das camadas populares. Em termos educacionais, o período caracterizou-se pela privatização do ensino, institucionalização do ensino “pseudo-profissionalizante” e demasiado tecnicismo pedagógico.

Deve-se levar em conta que o modelo educacional brasileiro historicamente não valorizou a profissionalização visto que as carreiras de ensino superior é que eram reconhecidas socialmente no âmbito profissional. Este fato foi reforçado por uma industrialização dependente e tardia que não desenvolvia segmentos de tecnologia avançada e, conseqüentemente, por um contingente de força de trabalho que não requeria senão princípios básicos de leitura e aritmética destinados, apenas, aos setores instalados nos centros urbano-industriais, prioritariamente no centro-sul.

A partir da década de 1970, entretanto, a ampliação da oferta de vagas em cursos profissionalizantes apontava um novo estágio da industrialização brasileira ao mesmo tempo em que privilegiava a educação privada em nível de terceiro grau.

Mais uma vez, colocava-se o segundo grau numa condição intermediária sem terminalidade profissional e destinado às camadas mais favorecidas da população. É importante destacar que a pressão social por vagas nas escolas, na década de 1980, explicitava essa política.

O aprofundamento da inserção do Brasil na economia mundial trouxe o acirramento da busca de oportunidades por parte da classe trabalhadora que via perderem-se os ganhos anteriores, do ponto de vista da obtenção de um posto de trabalho regular e da escola como formativa para as novas demandas do mercado.

Esse processo se refletiu no desemprego em massa constatado na década de 1990, quando se constitui o grande contingente de trabalhadores na informalidade, a flexibilização da economia e a consolidação do neoliberalismo. Acompanharam esse movimento a migração intraurbana, a formação de novas periferias e a precarização da estrutura educacional no país.

As Escolas Técnicas Federais surgiram num contexto histórico em que a industrialização sequer havia se consolidado no país. Entretanto, indicou uma tradição que formava o artífice para as atividades prioritárias no setor secundário.

Durante toda a evolução da economia brasileira e sua vinculação com as transformações postas pela Divisão Internacional do Trabalho, essa escola teve participação marcante e distinguiu seus alunos dos demais candidatos, tanto no mercado de trabalho, quanto na universidade.

Contudo, foi a partir de 1953 que se iniciou um processo de reconhecimento do ensino profissionalizante como formação adequada para a universidade. Esse aspecto foi reiterado em 1959 com a criação das escolas técnicas e consolidado com a LDB 4024/61. Nessa perspectiva, até a LDB 9394/96, o ensino técnico equivalente ao ensino médio foi reconhecido como acesso ao ensino superior. Essa situação se rompe com o Decreto 2208/96 que é refutado a partir de 2005 quando se assume novamente o ensino médio técnico integrado.

Nesse percurso histórico, pode-se perceber que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Escola Técnica, CEFET e Escolas Agrotécnicas), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que, injustamente, não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, para abordarmos a sua criação, devemos observar como o IF foi construído historicamente, partindo da Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, o Liceu Industrial de São Paulo, a Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, a Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

1.2.1 A ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICES DE SÃO PAULO

A criação dos atuais Institutos Federais se deu pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a denominação de Escola de Aprendizes e Artífices, então

localizadas nas capitais dos estados existentes, destinando-as a propiciar o ensino primário profissional gratuito (FONSECA, 1986). Este decreto representou o marco inicial das atividades do governo federal no campo do ensino dos ofícios e determinava que a responsabilidade pela fiscalização e manutenção das escolas seria de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na Capital do Estado de São Paulo, o início do funcionamento da escola ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1910¹, instalada precariamente num barracão improvisado na Avenida Tiradentes, sendo transferida, alguns meses depois, para as instalações no bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, 234, lá permanecendo até o final de 1975². Os primeiros cursos oferecidos foram de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (FONSECA, 1986).

O contexto industrial da Cidade de São Paulo, provavelmente aliado à competição com o Liceu de Artes e Ofícios, também na Capital do Estado, levou a adaptação de suas oficinas para o atendimento de exigências fabris não comuns na grande maioria das escolas dos outros Estados. Assim, a escola de São Paulo, foi das poucas que ofereceram desde seu início de funcionamento os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica e não ofertaram os ofícios de sapateiro e alfaiate comuns nas demais.

Nova mudança ocorreu com a aprovação do Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934, que expediu outro regulamento para o ensino industrial, transformando a inspetoria em superintendência.

1.2.2 O LICEU INDUSTRIAL DE SÃO PAULO³:

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de

¹ A data de 24 de fevereiro é a constante na obra de FONSECA (1986).

² A respeito da localização da escola, foram encontrados indícios nos prontuário funcionais de dois de seus ex-diretores, de que teria, também, ocupado instalações da atual Avenida Brigadeiro Luis Antonio, na cidade de São Paulo.

³ Apesar da Lei nº 378 determinar que as Escolas de Aprendizes Artífices seriam transformadas em Liceus, na documentação encontrada no CEFET-SP o nome encontrado foi o de Liceu Industrial, conforme verificamos no Anexo II.

ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física (Lei nº 378, 1937).

A nova denominação, de Liceu Industrial de São Paulo, perdurou até o ano de 1942, quando o Presidente Getúlio Vargas, já em sua terceira gestão no governo federal (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945), baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial que preparou novas mudanças para o ensino profissional.

1.2.3 A ESCOLA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO E A ESCOLA TÉCNICA DE SÃO PAULO

Em 30 de janeiro de 1942, foi baixado o Decreto-Lei nº 4.073, introduzindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial e implicando a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico. Foi a partir dessa reforma que o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MATIAS, 2004).

Esta norma legal foi, juntamente com as Leis Orgânicas do Ensino Comercial (1943) e Ensino Agrícola (1946), a responsável pela organização da educação de caráter profissional no país. Neste quadro, também conhecido como Reforma Capanema, o Decreto-Lei 4.073, traria “unidade de organização em todo território nacional”. Até então, “a União se limitara, apenas, a regulamentar as escolas federais”, enquanto as demais, “estaduais, municipais ou particulares regiam-se pelas próprias normas ou, conforme os casos, obedeciam a uma regulamentação de caráter regional” (FONSECA, 1986).

No momento em que o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942 passava a considerar a classificação das escolas em técnicas, industriais, artesanais ou de aprendizagem, estava criada uma nova situação indutora de adaptações das instituições de ensino profissional e, por conta desta necessidade de adaptação, foram se seguindo outras determinações definidas por disposições transitórias para a execução do disposto na Lei Orgânica.

A primeira disposição foi enunciada pelo Decreto-Lei nº 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que regulamentava o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, esclarecendo aspectos diversos dos cursos industriais, dos cursos de mestria e, também, dos cursos

técnicos. A segunda, pelo Decreto 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, determinava que os estabelecimentos federais de ensino industrial passariam à categoria de escolas técnicas ou de escolas industriais e definia, ainda, prazo até 31 de dezembro daquele ano para a adaptação aos preceitos fixados pela Lei Orgânica.

Pouco depois, era a vez do Decreto-Lei nº 4.127, assinado em 25 de fevereiro de 1942, que estabelecia as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as industriais (FONSECA, 1986).

Foi por conta desse último Decreto, de número 4.127, que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e os cursos pedagógicos, sendo eles das esferas industriais e de mestria, desde que compatíveis com as suas instalações disponíveis, embora ainda não autorizada a funcionar. Instituiu, também, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria condicionado à construção de novas e próprias instalações, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.

Ainda quanto ao aspecto de funcionamento dos cursos considerados técnicos, é preciso mencionar que, pelo Decreto nº 20.593, de 14 de Fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores. Outro Decreto de nº 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou o funcionamento de outro curso técnico, o de Pontes e Estradas.

Retornando à questão das diversas denominações do IFSP, apuramos em material documental a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos. Nessa pesquisa, observa-se que a Escola Industrial de São Paulo foi a única transformada em Escola Técnica. As referências aos processos de transformação da Escola Industrial em Escola Técnica apontam que a primeira teria funcionado na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, fato desconhecido pelos pesquisadores da história do IFSP (PINTO, 2008).

Também na condição de Escola Técnica de São Paulo, desta feita no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), foi baixado outro marco legal importante da Instituição. Trata-se da Lei nº 3.552, de 16 de

fevereiro de 1959, que determinou sua transformação em entidade autárquica⁴. A mesma legislação, embora de maneira tópica, concedeu maior abertura para a participação dos servidores na condução das políticas administrativa e pedagógica da escola.

Importância adicional para o modelo de gestão proposto pela Lei 3.552 foi definida no Decreto nº 52.826, de 14 de novembro de 1963, do presidente João Goulart (24 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964), que autorizou a existência de entidades representativas discentes nas escolas federais, sendo o presidente da entidade eleito por escrutínio secreto e facultada sua participação nos Conselhos Escolares, embora sem direito a voto.

Quanto à localização da escola, dados dão conta de que a ocupação de espaços, durante a existência da escola com as denominações de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo e Escola Técnica de São Paulo, ocorreram exclusivamente na Avenida Tiradentes, no início das atividades, e na Rua General Júlio Marcondes Salgado, posteriormente.

1.2.4 A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO PAULO

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, desta maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangueu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

⁴ Segundo Meirelles (1994, p. 62 – 63), *apud* Barros Neto (2004), “Entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou.”

Ainda com base no mesmo documento, o destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados, (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula.

Foi na condição de ETFSP que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. Essa sede ocupava uma área de 60 mil m², dos quais 15 mil m² construídos e 25 mil m² projetados para outras construções.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram criados. Dessa forma, foram implementados os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e de Processamento de Dados (1978) que se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

No ano de 1986, pela primeira vez após 23 anos de intervenção militar, professores, servidores administrativos e estudantes participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Com a finalização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

Foi na primeira gestão eleita (Prof. Antonio Soares Cervila) que houve o início da expansão das unidades descentralizadas da escola - UNEDs, com a criação da primeira do país no município de Cubatão, em 1987. A segunda UNED do Estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996 na cidade de Sertãozinho, com a oferta de cursos preparatórios e, posteriormente, ainda no mesmo ano, as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

1.2.5 O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

No primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, aquisição de equipamentos, e capacitação

de servidores, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP (MATIAS, 2004).

Por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, baixado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato, de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), oficializou-se a mudança de denominação para Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - CEFETSP.

Ao mesmo tempo, a obtenção do *status* de CEFET propiciou a entrada da Escola no oferecimento de cursos de graduação, em especial, na Unidade de São Paulo, onde, no período compreendido entre 2000 a 2008, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da pequena escola criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, majoritariamente desenhada pelos servidores da Unidade São Paulo, foi sendo, nessa década, alterada por força da criação de novas unidades, acarretando a abertura de novas oportunidades na atuação educacional e a discussão quanto aos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da Instituição foi definida para atender às demandas da sociedade em cada localidade onde se inaugurava uma Unidade de Ensino, levando à necessidade de flexibilização da gestão escolar e à construção de novos mecanismos de atuação.

1.2.6 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

O Brasil vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento consistente de sua economia, o que demanda da sociedade uma população com níveis crescentes de escolaridade, educação básica de qualidade e profissionalização. A sociedade começa a reconhecer o valor da educação profissional, por ser patente a sua vinculação ao desenvolvimento econômico.

Um dos propulsores do avanço econômico é a indústria que, para continuar crescendo, necessita de pessoal altamente qualificado: engenheiros, tecnólogos e, principalmente, técnicos de nível médio. O setor primário tem se modernizado, demandando profissionais para manter a produtividade. Essa tendência se observa

também no setor de serviços, com o aprimoramento da informática e das tecnologias de comunicação, bem como a expansão do segmento ligado ao turismo.

Se de um lado temos uma crescente demanda por professores e profissionais qualificados, por outro temos uma população que foi historicamente esquecida no que diz respeito ao direito à educação de qualidade e que não teve oportunidade de formação para o trabalho.

Diante da grande necessidade de formação profissional de qualidade, especialmente por parte dos estudantes das classes populares oriundos do ensino médio público e da proporcional baixa oferta de cursos superiores públicos no Estado de São Paulo, o IFSP desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas, mestres e doutores, além de contribuir com a correção de escolaridade regular por meio do PROEJA e PROEJA FIC.

Na concepção de seus cursos, o IFSP prioriza os arranjos produtivos, culturais e educacionais de âmbito regional e local, dimensionando a sua capacidade de oferta em cursos técnicos de nível médio e em graduações nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnologias.

Além da oferta de cursos técnicos de nível médio e de cursos superiores, o IFSP atua tanto na formação inicial e continuada de trabalhadores quanto em nível de pós-graduação e na pesquisa tecnológica.

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Dessa forma, o Instituto promove a cultura do empreendedorismo e do cooperativismo e o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus* por meio do desenvolvimento de pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e à democratização do conhecimento para a comunidade em todas as suas representações.

Por estas razões, o tipo de formação proporcionada pelo IFSP é aquele entendido como imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções num mundo cada vez mais definido

pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano.

Em suma, a educação praticada no IFSP não se restringe a uma formação meramente profissional, mas contribui tanto com a iniciação na ciência, tecnológica e artística quanto promove a aquisição de elementos e instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Com seu primeiro *campus* na cidade de São Paulo, o IFSP conta atualmente com 24 *campi* e 4 *campi* avançados.

Relação dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Autorização de Funcionamento	Início
São Paulo	Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909	02/1910
Cubatão	Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987	04/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996	01/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006	02/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006	01/2007
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006	02/2007
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006	07/2007
Salto	Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006	08/2007
São Carlos	Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007	08/2008
São Roque	Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008	08/2008
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	08/2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	08/2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	08/2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	08/2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº. 1170, de 21/09/2010	08/2010
Suzano	Portaria Ministerial nº. 1170, de 21/09/2010	08/2010

Barretos	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	08/2010
Boituva (<i>campus avançado</i>)	Portaria Ministerial n.º. 1366, de 06/12/2010	08/2010
Capivari (<i>campus avançado</i>)	Portaria Ministerial n.º. 1366, de 06/12/2010	08/2010
Matão (<i>campus avançado</i>)	Resolução n.º 29 do Conselho Superior do IFSP de 23/12/2009	08/2010
Avaré	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	02/ 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	02/ 2011
Registro	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	02/ 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	02/ 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial n.º. 1170, de 21/09/2010	02/ 2011
Campinas	Em construção	2013
Jacareí	Em processo de implementação	2013

1.3 Histórico do *Campus São Paulo*

O *Campus São Paulo* tem sua história intimamente relacionada à do próprio IFSP por ter sido a primeira das escolas deste sistema educacional a entrar em funcionamento. Localizado na Rua Pedro Vicente, 625, no Bairro do Canindé, além do desenvolvimento das atividades educacionais, abriga a sede da Reitoria da Instituição.

Seu funcionamento decorreu do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices e que, com o tempo, compuseram a Rede de Escolas Federais de Ensino Técnico Profissional. O início efetivo de suas atividades ocorreu no ano de 1910 e, em sua trajetória, foram várias as denominações, mantendo, entretanto, a condição de escola pública vinculada à União e, também, o prestígio junto à sociedade paulistana.

Nos primeiros meses de 1910, a escola funcionou provisoriamente em um galpão instalado na Avenida Tiradentes, no Bairro da Luz, sendo transferida no mesmo ano para o bairro de Santa Cecília, à Rua General Júlio Marcondes Salgado, onde permaneceu até a mudança definitiva para o endereço atual, no ano de 1976. Os primeiros cursos foram de Tornearia, Mecânica e Eletricidade, além das oficinas de Carpintaria e Artes Decorativas, sendo o corpo discente composto de quase uma centena de aprendizes.

A partir de 1965, a escola passou a ser Escola Técnica Federal de São Paulo e, em 1999, a Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Como CEFET-SP, ampliou as suas possibilidades de atuação e seus objetivos oferecendo cursos superiores na Unidade Sede São Paulo, e, entre 2000 a 2008, foram implementados diversos cursos voltados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Transformado o CEFETSP em IFSP, no final de 2008, a antiga Unidade Sede inicia uma nova fase de sua história. Como o maior *campus* do Instituto, a escola privilegia a oferta de várias modalidades e níveis de formação, de cursos técnicos de nível médio a licenciaturas, graduações na área tecnológica e pós-graduações.

O *campus* São Paulo atua nos segmentos de Turismo, Mecânica, Informática, Elétrica, Eletrônica e Construção Civil; oferecemos as licenciaturas em Física, Geografia, Química, Matemática e Ciências Biológicas; as engenharias em Construção Civil, Automação e Produção Mecânica; os cursos de especialização *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil, em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior, em Tecnologias e Operações em Infraestrutura da Construção Civil, em Controle e Automação, em Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, em Aeroportos - Projeto e Construção e o Programa de Mestrado Profissionalizante em Automação e Controle de Processos.

Além dos cursos superiores, o *campus* oferta cursos profissionalizantes de nível médio integrado, voltados para a área de Educação Tecnológica, e ainda o PROEJA, ensino de nível médio integrado à formação de Técnico em Qualidade.

Dessa maneira, as peculiaridades da pequena escola, criada há quase um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, vem sendo alteradas nos últimos anos por uma proposta que pretende articular cada vez mais a formação de profissionais e a transformação da sociedade.

Como centro criador de ciência e tecnologia e com a vasta experiência e competência acumuladas em sua extensa trajetória, o IFSP tem capacidade para proporcionar aos seus estudantes uma visão crítica do conjunto do sistema e do processo

produtivo e para contribuir com a educação brasileira de modo a desvinculá-la dos instrumentos de dominação próprios ao mundo globalizado, praticando a Educação como efetivo fator de desenvolvimento humano e social.

Em 2010, o *campus* São Paulo realizou, pela primeira vez, eleições diretas para Diretor-Geral, com a participação de professores, estudantes e técnicos administrativos, sendo eleito o Prof. Carlos Alberto Vieira.

Rumo ao avanço em suas metas, em 01/09/2010 o IFSP iniciou o programa PROEJA-FIC pelo oferecimento do curso de Pintura em Paredes de Alvenaria, com duração de dois anos e do qual participam os municípios de Osasco, Francisco Morato, Itapevi e São Bernardo do Campo.

O espaço físico do *campus* São Paulo abriga 16 laboratórios de Informática, dois laboratórios de Geografia, um laboratório de Turismo, seis laboratórios de Física, 13 laboratórios de Mecânica, nove laboratórios de Elétrica, seis laboratórios de Eletrônica e Telecomunicações e dez laboratórios de Construção Civil, e turmas de outros cursos podem beneficiar-se da utilização destes espaços.

A estrutura física do *campus* São Paulo abriga espaços administrativos e de uso acadêmico dedicados ao atendimento de estudantes e servidores, e mais quatro salas de redação, duas salas de desenho, três salas de projeção, 60 salas de aulas tradicionais, três auditórios para 180, 130 e 80 pessoas e uma biblioteca, além de ambientes apropriados para a prática da educação física e desportos, como uma pista de atletismo, um campo de futebol gramado, um campo de futebol de areia, quatro quadras poliesportivas, uma sala para condicionamento físico e dois vestiários.

2. Justificativa

O Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP se estrutura a partir de uma concepção de educação que reconhece a racionalidade técnica (oriunda dos cursos de bacharelado) como patrimônio científico e cultural que deve ser ressignificado no contexto da docência para os cursos técnicos de nível médio. Nessa perspectiva, o princípio educativo da práxis como produto da articulação entre teoria e prática ganha espaço na concepção da formação dos professores das áreas técnicas

estabelecendo-se como um imperativo para as práticas docentes junto ao ensino técnico de nível médio. Neste contexto, assim como para a formação de professores para as disciplinas propedêuticas do nível básico, a formação de professores para a Educação Profissional de nível médio requer uma prática educativa que valoriza a autonomia, a criatividade e a crítica como princípios fundamentais ao exercício do magistério.

Tendo em vista essa necessidade, importa destacar que, no âmbito da sua profissionalização, todo professor deve ter assegurado um processo contínuo de reflexões e discussões que tomem os conteúdos específicos enquanto ferramentas para estabelecer vínculos entre o particular e o geral, entre o singular e a totalidade.

No caso do ensino técnico de nível médio visa-se a que o aluno produza o seu conhecimento específico segundo a sua história de vida e as suas relações concretas nas esferas produtivas e sociais em que se insere. Tal possibilidade permite a este aluno o estabelecimento de vínculos em relação ao próprio conhecimento técnico que ele mesmo vai construindo e esse fator contribui tanto com a sua permanência quanto com a efetiva conclusão de seu curso, o que vem ao encontro da necessidade de criação de caminhos para combater a preocupante evasão verificada neste ciclo de formação.

Nestes termos, importa que a formação do professor para a Educação Profissional de nível médio, e também ela, forneça as bases profissionais para um plano educativo em que os conteúdos técnicos sejam (re)elaborados tendo como referência a realidade com a qual o professor vai trabalhar.

Por esta razão, importa tratar objetivamente do processo da formação visada para atender uma necessidade que não é apenas legal, mas também uma crescente demanda dos professores graduados não licenciados - que configuram a maioria dos profissionais que atuam na Educação Profissional de nível médio - por conhecimentos capazes de contribuir decisivamente com o aprimoramento de sua prática docente nos cursos técnicos.

Esta questão integra a trajetória centenária do IFSP, pois, conforme se compreende pela própria tradição da Instituição, a prática docente, tradicionalmente marcada por um referencial técnico em que o trabalho do professor centrou-se por muito tempo na transmissão de saberes específicos, a larga experiência com as sucessivas

gerações de estudantes foi evidenciando dificuldades crescentes em articular o pensar com o fazer. Isto porque, historicamente, a vocação dos cursos técnicos no IFSP relaciona-se à produção, controle e aperfeiçoamento das tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria prima que integram a linha de produção, e de planejamento, gestão e controle da atividade industrial, o que exige um perfil específico dos profissionais para o exercício da docência nesta modalidade de ensino. Dessa forma, no ensino médio profissionalizante ainda é largamente predominante a atuação de graduados, bacharéis ou tecnólogos das e nas mais diversas áreas, já que a dimensão técnica requer um profissional mais focado e com experiência no ofício.

Como é de conhecimento geral, e da União em particular, essa parcela muito expressiva dos professores do ensino técnico de nível médio das mais variadas unidades de ensino públicas e privadas ainda apresenta uma trajetória formativa restrita ao bacharelado e/ou tecnólogo, e a contribuição do IFSP com uma consistente formação pedagógica com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho com a educação profissional justifica a presença deste curso no IFSP em seus diversos campi.

Paralelamente, ninguém ignora que a forte demanda por estes docentes abre uma perspectiva profissional para graduados, em atividade ou não nos seus respectivos setores produtivos, que se lançam na docência desprovidos de uma formação pedagógica mais sistematizada e identificada com o dia a dia da sala de aula.

O Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP oferece uma formação consistente e atrelada aos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico – PPP, incorporado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituição buscando, assim, responder às manifestadas demandas dos professores do ensino profissionalizante de nível médio.

Foi este contexto que estimulou o IFSP a desenvolver um projeto de formação capaz de fornecer aos profissionais das áreas técnicas, cujos conhecimentos específicos podem ser articulados aos saberes da docência e à pesquisa como princípio educativo, subsídios pedagógicos focados nas suas necessidades enquanto docentes, o que interferirá positivamente na formação do aluno do ensino técnico de nível médio tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

Neste esforço, e num primeiro momento, o referido Programa Especial de Formação Pedagógica para a Educação Profissional visa Bacharéis e Tecnólogos não licenciados e portadores de diplomas relacionados aos eixos explicitados no Catálogo Nacional de Cursos Superiores e de Tecnologia:

- controle e processos industriais;
- produção industrial;
- hospitalidade e lazer;
- Informação e Comunicação.

Concretamente, os cursos superiores relacionados a esses eixos são aqueles a que se destina um “programa especial de formação pedagógica”, pois seus graduados são / serão os docentes dos cursos atualmente mais disseminados pelo ensino profissionalizante de nível médio.

Enquanto demanda emergencial no âmbito do Estado de São Paulo, o curso proposto não se fecha apenas para a realidade interna do IFSP, mas é aberto a todos os docentes que atuam no ensino técnico de nível médio e que apresentem perfil formativo visado. Cada oferta deste curso poderá ser feita para diferentes profissionais vinculados aos já referidos eixos tecnológicos.

Nesse sentido, o Programa Institucional desse Curso de Formação Pedagógica leva em conta a experiência obtida em sala de aula e em situações de aprendizagem acumuladas pelos licenciandos participantes, no desenvolvimento das disciplinas que compõem a matriz curricular e, sobretudo, no projeto específico destinado ao estágio supervisionado, conforme será detalhado posteriormente.

Dessa forma, este curso contempla uma proposta maior do que a mera explicitação de conteúdos idealizados fora do contexto de formação do professor e procedimentos “didáticos” aceitáveis à transmissão do saber. Visa-se a que o conhecimento seja tratado num patamar que possibilite emancipação ao professor para que ele, em sala de aula, faça do conteúdo a ser trabalhado um instrumento para a leitura da realidade. Nestes termos, o processo de construção do conhecimento assume a sua real dimensão na formação do formador, por capacitá-lo a construir e sistematizar o

seu pensamento e desvendar os sistemas técnicos e sociais que consolidam a história da humanidade.

Por incorporar a amplitude de um processo que articula uma abordagem técnica específica com os demais campos do conhecimento, essa emancipada capacidade determina o caráter específico da profissionalização do professor, e o desenvolvimento dela no Curso de Formação Pedagógica busca ampliar e aperfeiçoar as possibilidades do docente em analisar de forma integrada e contextualizada a realidade escolar e a formação profissional dos seus alunos.

Estes são os princípios que nortearam a concepção do curso ora apresentado, um processo formativo que não minimiza, apressa ou simplifica a habilitação para o magistério, mas, ao contrário, incorpora o conhecimento específico acumulado e amplia os horizontes profissionais para que o docente das áreas técnicas possa buscar mais livremente os nexos que articulam o conhecimento e o ato de ensinar ou, e melhor, o de levar o estudante a construir o próprio conhecimento e aprender.

2.1 Modalidade à Distância via Internet com componente presencial (semipresencial)

A EaD (Educação a distância) é uma modalidade de educação que vem sendo considerada uma forma alternativa e complementar para formação humana. De forma geral, a Educação a Distância caracteriza-se fundamentalmente pela separação física (espaço-temporal) entre aluno e professor, bem como pela intensificação do uso de Novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) como mediadoras da relação ensino-aprendizagem. Enfim, na EaD, o conhecimento é construído de forma espaço-temporalmente distinta da maneira como secularmente ocorria na sala de aula da educação presencial. No entanto, cabe aqui ressaltar, não com menos responsabilidade.

Tanto para o educando quanto para o educador, percebe-se mudanças no seu papel no âmbito da EaD. O estudante deve aprender a organizar seus horários de estudo, sua agenda e, por isso, fica mais evidente sua atuação como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento; precisa aprender a interagir, a colaborar e a ser autônomo.

Do lado docente, o educador precisa compreender, especialmente, as implicações do redimensionamento espaço-temporal para a sua prática pedagógica; pois, trata-se de

um novo paradigma de ensino e de aprendizagem. A educação a distância exige uma pedagogia própria em quase todos os aspectos da relação docente-conhecimento-aluno-aluno-docente-docente.

O objetivo último é a otimização na construção do conhecimento e, para isso, educador e educando precisam receber a devida atenção.

Em relação à propriedade da oferta de cursos à distância, com população de quase 11 milhões de pessoas, São Paulo afirma-se, cada vez mais, como núcleo financeiro e prestador de serviços. No entanto, e em face da infra-estrutura disponível de transportes coletivos, tal grandeza acaba por gerar dificuldades em termos de tempo para o deslocamento entre as regiões da cidade, o que traz implicações tanto para a produtividade profissional quanto para o rendimento escolar. O mesmo se aplica a outras localidades do estado.

Duas características do perfil do profissional da área de educação referem-se às extensas jornadas diárias de trabalho e às grandes distâncias a serem percorridas, na maioria dos casos diariamente, entre as diversas instituições de ensino em diferentes localidades ou bairros em uma região metropolitana. Diante dessa realidade, o curso na modalidade à Distância via Internet com componente presencial (semipresencial) adequa-se ao atendimento da crescente demanda desse profissional por formação pedagógica no município de São Paulo e no Estado de São Paulo, bem como profissionais distribuídos geograficamente pelas diferentes regiões do país e aqueles em regime de teletrabalho.

Desta forma, as constantes dificuldades de frequência presencial no *campus* São Paulo, bem como nos pólos de apoio presencial distribuídos pelo estado, para aperfeiçoamento e educação continuada está equacionada pela aplicação da modalidade parcialmente à distância, que diminui consideravelmente a necessidade de deslocamento e o correspondente desgaste, permitindo, assim, que os estudantes realizem seus estudos com nível de qualidade condizente com a exigência do sistema educativo brasileiro e com a qualidade do IFSP.

Além disso, no contexto específico do IFSP, a Instituição cresceu muito nos últimos anos devido ao projeto de expansão da Rede Federal de Ensino, iniciado no governo do Presidente Lula e perpetuado no governo da Presidenta Dilma. Com o crescimento do

número de campi e, conseqüentemente, de professores da área técnica, percebeu-se a carência de formação pedagógica deste profissional. Assim, constatamos que surgiu um aumento da demanda por um curso de Formação Pedagógica para esse profissional após a expansão. Considerando-se o número de campi atual do IFSP (cerca de 30), a modalidade a distância via Internet com componente presencial apresenta-se como uma solução mais do que desejável para integrar os diversos campi e suprir a necessidade de formação deste professor, permitindo uma flexibilidade e adequação a diferentes necessidades.

Sendo um curso realizado na modalidade à distância via Internet com componente presencial, utilizando ambiente virtual de ensino-aprendizagem e outros recursos e ferramentas tecnológicas que potencializam o processo de ensino-aprendizagem à distância, o projeto pedagógico tem como marca importante a interação entre os atores possibilitada pelos novos espaços virtuais, utilizando elementos hipertextuais e/ou recursos multimídia.

Paralelamente, a inserção de novas tecnologias no cotidiano das atividades profissionais das diversas áreas do conhecimento exige que tais práticas estejam presentes durante a formação técnica dos futuros trabalhadores egressos do ensino técnico de nível médio não apenas como ferramentas para o trabalho, mas, e principalmente, como instrumento de emancipação para a gestão da própria trajetória de formação continuada em outros níveis e/ou modalidades de ensino. Por esta razão, cabe aos licenciandos desenvolverem suas práticas em EAD no curso de Formação Pedagógica e, a partir da vivência dessa realidade, redimensionarem suas concepções metodológicas para o exercício da docência em um mundo cada vez mais digital.

A educação a distância de qualidade visada realiza-se por meio de um pólo difusor localizado no município de São Paulo para atender, inicialmente, a região metropolitana e pólos de apoio presencial em outras cidades do Estado de São Paulo.

3. Demanda de Mercado

Como já sinalizado, o presente Projeto tem a finalidade de aprimorar os percursos formativos da maioria dos docentes da área técnica do IFSP como também os de outras

instituições que não apresentam formação docente específica. Pelo compromisso com a formação profissional em geral, arraigada há mais de 100 anos, o IFSP acumulou experiência e competência para desempenhar a tarefa a que se propõe disponibilizando o curso de formação para os profissionais graduados que atuam no ensino técnico de nível médio entendendo que a sua capacitação e o seu aprimoramento perpassa, necessariamente, pela dimensão pedagógica.

4. Objetivo

4.1 Objetivo Geral

De acordo com a Resolução nº 02 de 26 de junho de 1997, o Programa de Formação Pedagógica deve formar docentes portadores de diploma de nível superior para a educação profissional de nível médio.

O objetivo central do curso de Formação Pedagógica na modalidade à distância via Internet com componente presencial (semipresencial) do IFSP, com o *campus* São Paulo como pólo difusor, é o de formar professores para atuar em disciplinas técnicas no ensino profissionalizante de nível médio para que, no exercício da docência, contribuam de maneira autônoma, crítica, criativa e participativa para a construção de uma sociedade democrática que valorize o exercício pleno da cidadania com equidade, solidariedade e justiça social.

Para tanto, o Curso busca propiciar uma análise educacional que contemple a integração entre teoria e prática com o intuito de articular conhecimento científico, conhecimento pedagógico e experiência refletida, como requisitos indispensáveis à atuação do professor no ensino técnico profissionalizante da educação básica.

Portanto, o que se pretende neste curso é assegurar uma proposta que estimule a reflexão e o debate estabelecidos no plano coletivo, tendo a pesquisa como princípio político educativo e o conhecimento específico acumulado como referencial de análise pedagógica.

4.2 Objetivo Específico

Do ponto de vista de suas pretensões, esse Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional prevê:

- Fornecer bases consistentes para a formação pedagógica de portadores de diplomas de educação superior que atuam ou desejam atuar na educação profissional em nível médio;
- Possibilitar a reflexão sobre os referenciais da educação com vistas a integrar o conhecimento específico de licenciandos das áreas técnicas aos saberes da docência e ao conhecimento pedagógico;
- Reconhecer no cotidiano da docência em cursos técnicos de nível médio as concretas possibilidades para o estabelecimento da necessária relação entre teoria e prática.

5. Requisito de Acesso

Para acesso a este curso, o ingressante deverá ser portador de diploma em curso superior. Os candidatos devem ser oriundos de cursos de tecnologia e deverão estar vinculados aos seguintes eixos Tecnológicos propostos no catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia:

- **Eixo Tecnológico: Controle e processos Industriais** (curso de Automação Industrial, Eletrotécnica Industrial, Eletrônica Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção de Aeronaves, Manutenção Industrial, Mecatrônica Industrial, Mecânica de Precisão, Processos Ambientais, Processos Metalúrgicos, Processos Químicos, Sistemas Elétricos);
- **Eixo Tecnológico: Produção Industrial** (curso de Bicomustível, Construção Naval, Fabricação Mecânica, Papel e Celulose, Petróleo e Gás, Polímeros, Produção de Vestuário, Produção Gráfica, Produção Joalheira, Produção Moveleira, Produção Sucroalcooleira, Produção Têxtil);
- **Eixo Tecnológico: Hospitalidade e Lazer** (Eventos, Gastronomia, Gestão de Turismo, Gestão Desportiva e de Lazer, Hotelaria);

- **Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação** (Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Geoprocessamento, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Telecomunicações, Jogos Digitais, Redes de Computadores, Redes de Telecomunicações, Segurança da Informação, Sistemas de Telecomunicações, Sistemas para Internet);
- **Engenharias e Arquitetura.**

Serão oferecidas, na primeira fase de implantação, 50 vagas por semestre, por pólo (o detalhamento será apresentado no item 7.0 deste projeto). O Edital de abertura do curso divulgará o(s) eixo(s) tecnológico(s) selecionado(s) a cada edição.

6. Perfil Profissional do Egresso

O Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio na modalidade à distância via Internet com componente presencial (semipresencial) do IFSP, com o *campus* São Paulo como pólo difusor pretende formar professores capazes de reconhecer a realidade identificada no Projeto Político Pedagógico da Instituição onde atua/irá atuar, enfrentando suas contradições, opinando, refletindo e questionando sobre esses contextos sociais numa perspectiva de (re)elaboração, criação e crítica contribuindo, dessa forma, para a formação do cidadão consciente, capaz de intervir conscientemente no mundo do trabalho e se envolver com a transformação do mundo que vive. Nesse sentido, o egresso deverá saber lidar com uma abordagem específica e, ao mesmo tempo, vinculada aos demais campos do conhecimento, visando uma análise integrada e contextualizada à realidade escolar.

Do ponto de vista de suas **COMPETÊNCIAS e HABILIDADES**, o Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional pretende um profissional egresso que:

- Participe do processo educativo a partir de preceitos éticos, democráticos e profissionais como condição básica para o exercício da docência;
- compreenda os processos econômicos, políticos, sociais e ambientais como definidores dos contornos da realidade e esta como referência do processo de aprendizagem;

- tome a realidade do aluno como indicativo para o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos;
- veicule a discussão e a manipulação da ciência e de seus métodos e suas implicações na aprendizagem de seus conteúdos;
- articule os movimentos da realidade e os processos históricos que explicitam e justificam a organização da sociedade e, por correspondência, desta com o mundo do trabalho;
- estabeleça os vínculos entre o particular e o geral, entre o fragmento e a totalidade, possibilitando uma visão articulada da realidade;
- analise, discuta e interaja sobre a gestão da escola e da educação;
- facilite a coordenação de estudos sobre a realidade da comunidade em que está inserida a escola e o aluno com vistas a um processo permanente de revisão da prática docente;
- possibilite a análise e a crítica do material didático disponível para a educação básica, prioritariamente aqueles destinados ao ensino técnico profissionalizante;
- elabore material didático alternativo para o cotidiano da atividade docente;
- promova o desenvolvimento de ações para o planejamento e a avaliação do processo pedagógico;
- discuta as diferentes teorias de ensino / aprendizagem e suas respectivas propostas metodológicas;
- desenvolva propostas interdisciplinares;
- facilite o trabalho coletivo com vistas à sistematização e socialização da prática docente.

7. Implantação da Modalidade à Distância via Internet com componente presencial (semipresencial)

Apresentaremos agora o detalhamento da modalidade a distância e sua implantação no IFSP

7.1 Bases legais

- Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (especificamente o artigo 80);
- Resolução nº 02 de 26 de junho de 1997
- Portaria MEC no. 4.059, de 10 de dezembro de 2004 (atualizou normas anteriores, permitindo introduzir, na organização pedagógica e curricular de cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial);
- Decreto no. 5.622, de 19 de dezembro de 2005.
- Decreto no. 5626, de 22 de dezembro de 2005.
- Resolução 167 de 15 de setembro de 2010 do Conselho Superior - IFSP.
- Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004

7.2 Implantação:

A implantação do curso será feita em 2 fases:

- **Fase I**

Campus São Paulo – Campus Gestor de Curso e pólo de apoio presencial

4 pólos de apoio presencial – 1 pólo no Campus São Paulo e mais 3 pólos complementares a definir nos *campi* do IFSP.

01 turma por pólo/ 50 alunos por turma. Total: 200 alunos.

- **Fase II**

Expansão da rede para mais pólos e turmas

7.3 Aspectos Necessários para a implantação do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio na modalidade à distância via Internet com componente presencial (semipresencial)

7.3.1 Pólos de Apoio Presencial

A legislação brasileira de EAD, para certificação de educação regular exige que a instituição ofertante seja credenciada. Além disso, as avaliações da aprendizagem dos

estudantes em cursos regulares, por imposição legal, são presenciais, o que aponta para a necessidade da criação de pólos de apoio presencial.

Um outro aspecto a ser considerado é que ao se oferecer cursos na modalidade a distância assume-se o desafio de administrar e acompanhar as atividades pedagógicas e desenvolvimento acadêmico dos estudantes em locais distintos do pólo difusor.

7.3.1.1 A implementação de pólos

Os pólos de apoio presencial têm as seguintes funções:

- 1) sediar as avaliações da aprendizagem dos estudantes em cursos regulares;
- 2) ser um apoio no processo de EAD, para onde o estudante pode se dirigir e esclarecer de forma mais direta as dúvidas que surjam durante o curso;
- 3) oferecer acesso a laboratório de informática - o tipo de estudante que será atendido pode determinar esta função, pois a facilidade de acesso pode ser fator preponderante para ingresso no curso ou mesmo para a permanência;
- 4) oferecer acesso a laboratórios específicos uma vez que alguns cursos/disciplinas não podem prescindir de aulas práticas, que devem ser oferecidas em laboratórios adequados em cada pólo;
- 5) apoiar as atividades didático-pedagógicas em atividades que precisem ser realizadas presencialmente para atingirem com mais eficácia seus objetivos;
- 6) organizar estágios, supervisões e visitas técnicas, defesas de trabalhos, atividades laboratoriais (quando for o caso), pois essas atividades devem ser desenvolvidas no âmbito de abrangência do pólo;

Segundo Polak (2002), um pólo é, por natureza, um centro cultural de formação, que pode organizar e desenvolver cursos específicos e seminários, como apoio ou como complementação aos conhecimentos ofertados.

A Coordenação Pedagógica em EAD *campus* São Paulo é a responsável pelas práticas pedagógicas dos professores, assessorando em ações de planejamento, organização, implementação, acompanhamento, avaliação, produção de materiais, plano de ensino e guias didáticos. A Coordenação pedagógica pode ser desempenhada em conjunto com a Coordenação Geral, dependendo do volume de cursos/turmas.

O suporte técnico em EAD é responsável por implantar e manter em condições todo o parque tecnológico necessário para o desenvolvimento do curso. A equipe de Apoio Administrativo tem sua base na Coordenadoria de Registros Escolares do *campus* São Paulo.

7.3.2 Professores Formadores e Tutores

Os principais atores do processo de ensino-aprendizagem no modelo de EaD aqui proposto são os alunos, professores-formadores, tutores virtuais e tutores presenciais

a. Professores formadores

O Professor **formador** tem como principal função elaborar o conteúdo/material didático do curso. Ele pode ser alocado apenas para elaboração do material didático do curso, sem que haja acompanhamento durante o processo de execução, ficando esta atividade a cargo dos tutores.

Ou o professor **formador** pode ser alocado para a elaboração do material e acompanhamento da execução, situação mais indicada, pois, nesse caso, ele ficará encarregado de gerenciar o processo ensino-aprendizagem, permitindo que as mudanças necessárias no processo se dêem de forma direta e organizada de acordo com os objetivos traçados. Nessa situação, o formador ficará responsável por uma das turmas, tendo contato direto com os licenciandos através do Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA) disponibilizado (no caso do IFSP, o Moodle), permitindo uma percepção mais imediata do resultado da prática pedagógica definida no material, fator que acreditamos ser essencial na qualidade do curso.

O **formador** ficará também responsável pela equipe de professores tutores virtuais e professores presenciais nos diferentes pólos, referentes à sua disciplina, dirimindo dúvidas e auxiliando na solução de problemas e desafios.

Além disso, caberá ao formador elaborar plano de ensino e guia didático, além de articular os diversos recursos tecnológicos do AVEA para gerar a interação necessária à construção de conhecimentos dos licenciandos. Também será função do formador orientar e criar os mecanismos de avaliação.

Haverá um formador por disciplina do curso, totalizando 08 formadores.

Após a implantação da disciplina e seu desenvolvimento, o formador ficará responsável pela refacção necessária para solucionar os aspectos frágeis ou carentes de aperfeiçoamento que se apresentaram ao longo do processo em termos pedagógicos.

b. Tutores virtuais e presenciais

A utilização de tutores nos cursos está atrelada ao número de licenciandos que se pretende atingir (a média nacional é de 25 a 30 estudantes por tutor, podendo ser maior ou menor dependendo das características do curso / disciplina), além do formato do curso, pois podem existir tutores virtuais e presenciais.

Tutores virtuais: realizam o trabalho de comunicação com os licenciandos através do AVEA (Moodle). O número de licenciandos para cada tutor virtual está atrelado ao tipo de atividade que será desenvolvida.

Cabe ao tutor virtual mediar todo o desenvolvimento do curso. É ele que responderá todas as dúvidas dos licenciandos no que disser respeito ao conteúdo da disciplina oferecida. Caberá ainda a mediação na participação do *chat*, de estimular os licenciandos a participarem e a cumprirem suas tarefas, além de avaliar a participação de cada um. O tutor virtual será também responsável por ministrar as aulas presenciais do curso (ver item 8.1 do projeto).

As dúvidas de cada licenciando podem ser divulgadas a todos os seus colegas através do AVEA. O tutor virtual também terá de se relacionar constantemente com o formador, com o tutor presencial e com a equipe de suporte do AVEA e do sistema administrativo. Também é da responsabilidade do tutor virtual a Avaliação dos licenciandos sob sua tutela.

Os critérios de avaliação para os cursos regulares dependem do planejamento do formador e da Coordenação do curso/EAD. A avaliação pode ter como critério a qualidade e quantidade da participação nos *chats* e no Fórum, tempo em que o licenciando esteve *online* no curso (existem meios de contabilizar esta permanência), dúvidas enviadas, trabalhos realizados, autoavaliação, testes, exercícios etc.

Os tutores virtuais devem ter conhecimento na área de educação. O tutor virtual pode ministrar aulas para mais de uma turma.

Na primeira fase de implantação do curso, haverá necessidade de cerca de 32 professores virtuais, sendo 08 para cada módulo. Este número poderá ser maior, dependendo do número de alunos. Como a distribuição das aulas é bimestral, de acordo com o cronograma e calendário do curso é permitido que um mesmo professor possa assumir mais que uma disciplina/pólo, desde que não seja concomitante.

Tutores presenciais: estão nos pólos presenciais do curso, trabalhando diretamente junto aos licenciandos. Eles ficarão disponíveis para auxílio dos licenciandos em cada um dos pólos todas as semanas, normalmente aos Sábados, por 4 horas. Os tutores presenciais serão orientadores de estudo, não havendo necessidade de terem conhecimento aprofundado das disciplinas, devendo também, entre outras coisas, dar apoio logístico presencial nos pólos. Na primeira fase da implantação, haverá um tutor presencial por campus. Os tutores presenciais poderão, também, ser responsáveis pelo acompanhamento do Estágio Supervisionado dos licenciandos, desde que tenham formação compatível. O número de professores por pólo dependerá do número de alunos.

Obs.: os tutores virtuais e os presenciais podem ser os mesmos professores ou distintos.

7.3.3 Recursos Tecnológicos e *Design* educacional

7.3.3.1 Ambiente virtual de ensino-aprendizagem (AVEA)

O ambiente virtual de ensino-aprendizagem (AVEA) possui recursos tecnológicos que objetivam consolidar por meios digitais os “ambientes de aprendizagem” que podem ser compreendidos como sistemas de ensino-aprendizagem integrados e abrangentes, capazes de promover o engajamento do aluno e do professor. Nestes ambientes, as atividades de ensino-aprendizagem centram-se preferencialmente no aluno, por meio de objetos de aprendizagem, manipulações, investigações, explorações, simulações, diálogos, etc.

Sob o ponto de vista tecnológico, AVEA se constitui pelo Sistema de Gerenciamento de Cursos (SGC) *Moodle* (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). Este sistema é um *software* livre, desenvolvido dentro de uma concepção pedagógica sócio-construtivista, baseada no conceito de integração semelhante às peças do brinquedo Lego. Esta concepção possibilita desenvolver os conteúdos (conceituais, atitudinais, procedimentais e condicionais) inter-relacionados, articulando os diversos saberes de várias áreas, na tentativa de resgatar a visão de totalidade nos conhecimentos desenvolvidos. Dentre os recursos integrados ao *Moodle*, os que oferecem maior possibilidade de integração pedagógica são:

- *Fórum*: recurso de interação assíncrona entre alunos e professores que possui quatro opções diferentes de organização e disponibilização das mensagens, incluindo opções de avaliação formativa da participação dos alunos;
- *Wiki*: Ferramenta que permite a edição colaborativa de documentos, possibilitando os participantes a trabalharem de forma assíncrona. O *Moodle* disponibiliza três tipos de wikis. O que os diferencia é a permissão para a edição já que em todos, os documentos ficam disponíveis para visualização;
- *Glossário*: é um tipo de atividade que possibilita a construção colaborativa de um glossário de termos específicos da disciplina ou do curso. Também oferece possibilidades de avaliação formativa e diversas opções de publicação e visualização;
- *Tarefas*: trata-se de um tipo de atividade que possibilita o envio de um ou mais arquivos elaborados pelos alunos como relatórios, projetos, etc.. Possui as mesmas opções de avaliação das demais atividades, incluindo a possibilidade de comentários específicos para cada aluno;
- *Questionário*: atividade que possui várias modalidades de questões, que podem ser agrupadas em um banco específico por disciplina e contempla diversas formas e critérios de avaliação;
- *Chat*: permite a comunicação entre os participantes em tempo real, isto é, síncrona.

Há vários outros tipos de atividades e recursos disponíveis no *Moodle*, que são específicas para a publicação visual de outros materiais como apresentações, vídeos,

textos, arquivos, executáveis (atividades em *Hot Potatoes* – programa de criação de exercícios -, por exemplo), dentre outras.

É possível realizar pesquisas, levantar o perfil dos estudantes, compartilhar materiais de forma que, todas as atividades realizadas pelos alunos podem ser consultadas a qualquer momento pelo professor, por meio da ferramenta “relatório de atividades”, um recurso que possibilita ampliar as possibilidades de avaliação da aprendizagem dentro do ambiente.

7.3.3.2 Design educacional

O *Design* educacional é o conjunto de ações relativas ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem que constitui a gestão da aprendizagem de um projeto de EaD.

7.4.3 Avaliações

7.4.3.1 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

As avaliações das disciplinas devem ser construídas com base nos referenciais de qualidade em cursos na modalidade a distância do MEC. A avaliação, de cunho formativo e somativo, poderá ser composta de vários aspectos, tais como:

- participação em chats (frequência, quantidade e qualidade das respostas)
- participação em fóruns (frequência, quantidade e qualidade das respostas)
- resolução de exercícios e outras atividades propostas no AVEA individuais ou em grupos
- assiduidade e pontualidade nos encontros presenciais
- seminários presenciais ou à distância
- avaliações finais presenciais

A avaliação será processual de acordo com as normas acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e alinhada às prerrogativas legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Dessa forma, tem em seus princípios a compreensão do ensino e da aprendizagem como processo social e cultural

que deverá ser avaliado processual e continuamente, de maneira cumulativa, na qual os resultados qualitativos se sobreponham aos quantitativos.

A composição dos itens avaliativos ficará a critério do formador em comum acordo com o Coordenador do Curso. No entanto, ela deverá ser composta de no mínimo 03 instrumentos, sendo que, obrigatoriamente, haverá uma avaliação presencial individual final no término da disciplina.

7.4.3.2 Avaliação do Curso e do Processo de Implantação

Manter uma avaliação do curso e do processo de implantação é necessário para readequar caminhos no andamento das atividades propostas e para a fase 2 da implantação. Considerando os objetivos traçados, os processos de avaliação e auto-avaliação supõem um meio de gerar informações sobre o trabalho desempenhado. A análise da prática e processos educativos e das decisões administrativas adotadas, contrastados com a missão e objetivos institucionais, devem apontar para as necessárias intervenções e re-direcionamentos a fim de alcançar a concretização do projeto político pedagógico. A avaliação, portanto, configura-se como uma prática investigativa dos processos educacionais que, por meio de observação criteriosa, seguida de análise e reflexão crítica sobre a realidade praticada, visa à identificação de áreas frágeis e carentes de aperfeiçoamento. A avaliação, assim, traduz-se num diagnóstico amplo para que as necessidades e prioridades percebidas fiquem claras e gerem propostas de ação. É, também, um processo contínuo e sistemático visando ao permanente aperfeiçoamento da instituição e de seus cursos. Destaca-se, portanto, que a avaliação objetiva:

- diagnosticar os pontos fracos e fortes do curso para assegurar a qualidade dos serviços educacionais prestados, no âmbito do ensino e da gestão;
- criar a cultura da avaliação como parte da rotina da instituição e do curso;
- contribuir para a re-elaboração do projeto pedagógico do curso;
- contribuir para a re-elaboração das disciplinas e seu gerenciamento.

Essa avaliação deve estar direcionada para os licenciandos e para todo o corpo pedagógico-organizacional. Algumas dificuldades apontadas nos instrumentos de avaliação, como dissemos, podem ser solucionadas com pequenos procedimentos. Por

isso a importância da avaliação de forma constante, sempre retornando aos interessados os resultados obtidos.

Busca-se com essa prática avaliativa os seguintes princípios:

- Globalidade – compreende todas as atividades que envolvem o curso, ou seja, ensino e gestão;
- Participação – compreende a manifestação de toda a comunidade acadêmica envolvida no curso;
- Continuidade – compreende ações constantes e ininterruptas de avaliação das atividades em todos os âmbitos do curso;
- Legalidade – tem como referência o acompanhamento permanente das decisões governamentais quanto à legislação sobre Avaliação Institucional e de cursos.

A avaliação poderá ser composta por questionários, entrevistas ou outro instrumento que se considere adequado.

Ela poderá ser feita considerando diferentes dimensões a serem definidas pelos gestores. Algumas dimensões que poderão ser observadas são: suporte técnico do AVEA e nos pólos presenciais, suporte presencial, suporte pedagógico, conteúdo programático, material didático, gerenciamento do processo ensino-aprendizagem, processo de avaliação, entre outros.

Seria interessante a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação do curso.

8. Organização Curricular

A organização curricular do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio do *campus* toma como ponto de partida seu caráter emergencial e especial conforme assegura o princípio legal da Resolução CNE nº 2, de 26 de junho de 1997, e a formação dos Profissionais da Educação segundo a LDBEN nº 9.394/96. Para tanto, busca-se mediar uma formação consolidada em princípios que resguardem uma qualidade educativa nos espaços cultural, histórico e social, construindo uma proposta curricular que proporcione aos licenciandos ingressantes uma formação consolidada na pedagogia como um campo científico e profissional.

Dessa forma, os princípios norteadores da organização curricular aqui apresentada primam pela **articulação entre teoria e prática** compreendendo o ensino como uma *práxis* cultural que se constrói com os licenciandos em contato direto e pessoal com a cultura geral e científica própria do campo educativo. Tal articulação pode ser vivenciada em diversos aspectos:

Pela **responsabilidade coletiva dos formadores** responsáveis por disciplinas que formam um campo de estudo, estes devem manter-se integrados a fim de trabalhar com o licenciando em termos de interlocução entre conhecimentos.

Pela **integração com o meio escolar**, o licenciando irá realizar os seus estágios com o objetivo do contato com os saberes da experiência na prática profissional.

Pela **participação dos licenciandos como atores responsáveis pela sua própria prática**, estes se tornam os protagonistas do processo de construção do próprio conhecimento, o que se reflete na sua ação profissional.

Pela **avaliação contínua** como parte integrante do cotidiano do curso, as reuniões sistemáticas entre os licenciandos e os professores-formadores contribuem não somente com a consolidação de práticas democráticas como também com a cultura de projetos inter e multidisciplinares no âmbito escolar.

Por fim, pelo princípio da **pesquisa na formação**, em que a ação passa a ser entendida tanto como formadora quanto como objeto de análise para a construção de categorias que possam ser melhor investigadas à luz dos conhecimentos estudados/construídos.

Em respeito aos preceitos legais da resolução *supracitada*, a organização curricular terá como eixos norteadores os núcleos contextual, estrutural e integrador. Cada núcleo trabalhará com conhecimentos que contribuam para a atuação tanto em sala de aula como na escola enquanto instituição de ensino estruturada com uma rede complexa de gestão e que possuiu inestimável função social.

Tais núcleos estão representados pelas seguintes disciplinas e vivências:

- **NÚCLEO CONTEXTUAL (NC):** História da Educação; Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação; Políticas Públicas e Organização da Educação Básica; e, Psicologia da Educação.

- **NÚCLEO ESTRUTURAL (NE):** Escola e Currículo; Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino.
- **NÚCLEO INTEGRADOR (NI):** Seminários da Prática Docente; Estágio Curricular Supervisionado; Libras
- **NÚCLEO EAD (ND):** Ambientação em Educação a Distância

Gostaríamos de ressaltar que, no início do curso, o aluno deverá cursar a disciplina do ND como componente obrigatório, a disciplina Ambientação em Educação a Distância, para aprender aspectos de navegabilidade e usabilidade no AVEA.

As disciplinas e vivências destes núcleos serão desenvolvidas a distância via Internet. Sua estrutura está detalhada no item 8.1 e 8.2, a seguir.

8.1 Características do curso à distância via internet com componente presencial

Público-alvo: Bacharéis e tecnólogos

Duração do curso: 2 semestres

Modalidade: à distância via internet com componente presencial.

A distribuição entre a parte presencial e a parte online será de cerca de 20% presencial e 80% online em cada disciplina.

Componentes curriculares por semestre: 5 disciplinas + estágio supervisionado. Para um melhor aproveitamento do processo ensino-aprendizagem, o aluno cursará 05 disciplinas por semestre em módulos de 3 ou 2 disciplinas, com duração aproximada de 8 semanas cada mais uma semana dedicada a avaliações e finalização das disciplinas.

A distribuição das aulas online e presenciais seguirá o seguinte cronograma:

- 1º bimestre – 10 semanas
 - 1ª semana (presencial): será focada na apresentação do curso e das disciplinas, bem como na ambientação do aluno no AVEA, garantindo assim a familiarização deste com o sistema e diferentes ambientes do Moodle. Esta ambientação será desenvolvida, como dissemos anteriormente, na Disciplina Ambientação em Educação a Distância
 - outros encontros presenciais: 4ª, 7ª, e 10ª semanas, sendo a 10ª semana reservada para avaliações e finalização presencial das disciplinas bimestrais.

- atividades online: 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 8ª e 9ª semanas

- 2º bimestre – 9 semanas

- encontros presenciais: 3ª, 6ª e 9ª semanas, sendo a 9ª semana reservada para avaliações e finalização presencial das disciplinas bimestrais.

- atividades online: 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 7ª e 8ª semanas

- 3º bimestre – 9 semanas

- encontros presenciais: 3ª, 6ª e 9ª semanas, sendo a 9ª semana reservada para avaliações e finalização presencial das disciplinas bimestrais.

- atividades online: 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 7ª e 8ª semanas

- 4º bimestre – 10 semanas

- encontros presenciais: 3ª, 6ª e 9ª semanas, sendo a 9ª semana reservada para avaliações e finalização presencial das disciplinas bimestrais, exceto Seminário de Prática Docente 2.

- atividades online: 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 7ª e 8ª semanas

- 10ª semana (presencial): será focada na disciplina Seminário da Prática Docente 2 com encerramento do curso.

De forma geral, as disciplinas serão compostas de 3 unidades didáticas com diferentes tópicos e material que serão liberadas a cada 3 semanas.

Obs: as proporções poderão ser alteradas considerando a especificidade e necessidades de cada disciplina.

8.2 Estrutura Curricular

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (Criação: Lei nº 11.892 de 29/12/2008) Campus: Portaria de Criação (do campus) ESTRUTURA CURRICULAR: Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional em nível Médio Base Legal: Resolução CNE/CES no. 2 de 26 de junho de 1997 Resolução de autorização do curso no IFSP , data										Carga Horária do Curso:	
Habilitação Profissional:										Nome do Curso	
Início:										Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional em nível Médio	
	Núcleo	Componente Curricular	Códigos	Teoria/ Prática	No. Profes.	Aulas/semana		Total Aulas	Total Horas		
						1o.	2o.				
1o. Sem.	10	ND Ambientação em Educação a Distância	D1AED	P	1	2		20	16,7		
		NC História da Educação	D1HED	T	2	4	-	38	31,7		
		NC Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação	D1FSE	T	2	4	-	38	31,7		
	20	NE Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 1	D2DM1	T/P	2	4	-	38	31,7		
NE Escola e Currículo		D2ESC	T	2	4	-	38	31,7			
2o. Sem.	30	NI Libras	D3LIB	T/P	1		3	27	22,5		
		NC Políticas Públicas e Organização da Educação Básica	D3POE	T	2	-	4	38	31,7		
		NI Seminários da Prática Docente 1	D3SP1	T/P	3	-	4	38	31,7		
	40	NE Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2	D4DM2	T/P	2	-	4	38	31,7		
		NC Psicologia da Educação	D4PED	T/P	2		3	27	22,5		
		NI Seminários da Prática Docente 2	D4SP2	T/P	3	-	3	27	22,5		
TOTAL ACUMULADO DE AULAS						10	10	367			
TOTAL ACUMULADO DE HORAS									306,1		
ESTAGIO SUPERVISIONADO - NI - (a ser desenvolvido desde o início do curso)									300,0		
TOTAL GERAL									606,1		

8.3 Seminários da Prática Docente

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos licenciandos participantes do curso de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

Essa concepção dos Seminários assume a compreensão do conhecimento como construção que se realiza a partir da reflexão e sistematização teórica sobre a atividade profissional de forma simultânea e integrada aos processos de exercício, observação e discussão dessa atividade. Nesse componente curricular, que poderá ser trabalhado através de fóruns e outras ferramentas em EAD, os licenciandos poderão ser agrupados por área de atuação profissional.

Os seminários devem trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas a fim de integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares, estando

abertos a outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente propostos pelos licenciandos do curso.

Dessa forma, os seminários buscam sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente, desencadeando uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos licenciandos, assim como das vivências dos estágios.

Observa-se que esta vivência curricular poderá ser profícua para a aprendizagem coletiva e individual, desde que se possa trabalhar com as experiências dos licenciandos, levando-os a desenvolver uma análise rigorosa de suas práticas docentes na Educação Profissional de nível médio e analisar as problemáticas surgidas à luz das categorias teóricas estudadas.

8.4 Sugestão da Estrutura básica de cada disciplina (material online)

- Conteúdo agrupado em cerca de 3 blocos de unidades didáticas (online), com discussão e fechamento nas aulas presenciais (obs.: cada unidade didática pode ter mais de um tópico correlacionados).

- estruturação (sugestão) para cada unidade didática (algumas variações podem ocorrer devido a especificidade das disciplinas)

Tópico de uma disciplina = Objeto de Aprendizagem (Learning Object-LO).

Ex: Elaboração de folheto promocional em Inglês em Turismo, Cálculo de integral em Matemática e Cálculo de Oxidação em Química.

Os Objetos de Aprendizagem (LO) seriam elaborados conforme Ementas, divididos em: Objetivos, Conteúdo Instrucional, Prática/FeedBack e avaliação de aprendizado.

Recomenda-se que cada objeto de aprendizagem contenha

Atividades por LO: 12

- páginas instrucionais
- uma apostila (6 a 8 páginas) sobre o tópico (material de apoio na rede que possa ser impresso ou disponibilizado em mídia eletrônica)
- disponibilização de artigo acadêmico e/ou jornalístico principal e/ou de suporte
- elaboração de exercício(s)/questionário etc e soluções com feedback
- seleção de vídeo (se pertinente)

- elaboração de questões para Fórum de Discussão.
- avaliação da unidade didática
- calendário de eventos

Outras Recomendações

- chats (a utilização de chats deve ser considerada com parcimônia devido à necessidade da sincronicidade)
- O Objeto de Aprendizagem pode ser elaborado de forma a ser reutilizado em diferentes cursos/programas.

Aspectos Importantes a serem observados na elaboração do conteúdo e materiais instrucionais das disciplinas

- Articulação e sequenciamento dos Conteúdos dos componentes curriculares tanto verticalmente quanto horizontalmente para alcançar interdisciplinaridade e evitar sobreposições
- Materiais Instrucionais devem propiciar uma abordagem interdisciplinar e contextualizada
- Articulação e complementaridade dos materiais impressos, materiais audiovisuais ou materiais para Internet (web)

8.4.1 Estruturação de abertura do material online

- Página da Apresentação do Curso (página inicial) – (ainda em discussão)

Formulário próprio contendo:

- Nome do curso
- Nome do Autor (Formador)
- Nome do Professor responsável (tutor)
- Objetivos do curso
- Justificativa
- Carga horária
- Ementas das disciplinas do curso
- Duração do Curso
- Prazos
- Material para consultas diretas
- Sugestões de leituras
- Bibliografia

- Página da Apresentação da Disciplina (página inicial) – (ainda em discussão)

- Nome da disciplina
- Nome do Professor responsável (tutor)
- Objetivos da disciplina
- Carga horária
- Conteúdo da disciplina
- Palavras Iniciais do Professor
- Elucidação do gerenciamento do curso pelo professor (ex: quando serão abertas as unidades, por quanto tempo ficarão disponíveis, o gerenciamento de respostas aos alunos, horários dos chats, etc)

- Sugestões de leituras
- Bibliografia

- Página da Apresentação da unidade didática (página inicial) – (ainda em discussão)
 - Nome da unidade didática / LOs
 - Objetivos do LO
 - Carga horária programada
 - palavras iniciais'/informações gerais - Elucidação do gerenciamento desta unidade didática pelo professor (ex: que atividades serão desenvolvidas, se há fórum e chats e quando ocorrerão, trabalhos em grupo ou individual, prazos, etc.)
 - Material para consultas diretas
 - Sugestões de leituras
 - Glossário
 - Bibliografia

8.5 Cronograma Geral provisório de Implantação – 2011-2/2012-1

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/12	Fev/12
Estruturação e Capacitação Equipe	X	X					
Capacitação professores/tutores	X	X					
Elaboração Material didático	X	X	X	X			
Inserção no sistema Moodle	X	X	X	X			
Elaboração das avaliações	X	X	X	X			
Teste Final material no sistema Identificação/Correção de Problemas				X	X		
Edital e processo seletivo				X	X	X	
Matrículas						X	
Início das aula						X	X

Detalhamento

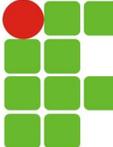
- Agosto:
 - estruturação da equipe (leitura, capacitação em EAD e familiarização com o sistema Moodle) – pessoal que dará suporte pedagógico e técnico aos futuros professores/tutores
 - definição final do funcionamento e da estrutura do curso para os professores/tutores (presenciais e a distância-(cont.))
 - capacitação professores/tutores (presenciais e a distância) no Moodle

- Setembro/Outubro/Novembro:

- estruturação da equipe (leitura, capacitação em EAD e familiarização com o sistema Moodle) – pessoal que dará suporte pedagógico e técnico aos futuros professores/tutores
elaboração de material
inserção no sistema Moodle
elaboração das avaliações
teste final do material no sistema Moodle, identificação e correção de problemas
Edital e processo seletivo

- Novembro(final)/Dezembro:
teste final do material no sistema Moodle, identificação e correção de problemas
Edital e processo seletivo
- Janeiro:
Edital e processo seletivo
- Fevereiro:
Início das Aulas

8.6 Ementas

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Ambientação em Educação a Distância	Código: D1AED
Ano/Semestre: 1º sem/1º bi	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 20	Total de horas: 16,7
2 - EMENTA: A disciplina promove a ambientação do aluno ao ensino a distância desenvolvendo conceitos de educação à distância; o papel dos atores do curso: professor e aluno; trabalho das estratégias de ensino-aprendizagem na educação à distância; familiarização ao Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA) Moodle, suas ferramentas/recursos e gerenciamento/orientações gerais de procedimentos nas disciplinas.	
3 - OBJETIVOS: Oportunizar aos alunos dos cursos <i>online</i> com componente presencial o conhecimento em relação às características da educação a distância; compreender o processo de aprendizagem na EaD; promover a adaptação ao método de ensino a distância, dando ao aluno estratégias para interagir com uma nova forma de aprender; conhecer a Plataforma <i>Moodle</i> e familiarizar-se com as ferramenta e recursos didáticos adotados nas disciplinas a serem cursadas; compreender como será o gerenciamento do curso e como serão as discussões, esclarecimentos de dúvidas e interações com o professor e colegas de turma.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Conceitos de educação à distância; o papel do professor e do aluno online Estratégias de ensino-aprendizagem na educação a distância; Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA) Moodle; Ferramentas/Recursos do AVEA Gerenciamento e Orientações gerais de procedimentos	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CLARK, Ruth Colvin e MAYER, Richard E. <i>e-Learning and the Science of Instruction: Proven Guidelines for Consumers: and Designers of Multimedia Learning</i> . New York: Pfeiffer, 2007. 496 p. LITTO, Fredric M. e FORMIGA, Marcos (org.). <i>Educação a distância: o estado da arte</i> . São	

Paulo: Pearson Education, 2009. 480 p.

MAIA, Carmem e MATTAR, João. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. São Paulo: Pearson Education, 2007. 160 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 2ª edição. São Paulo. Autores Associados, 2001, 115 p.

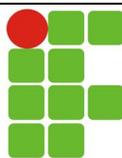
CASTELLS, M. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 5ª edição. São Paulo. Paz e Terra, 1999, vol. 1

COFFIELD, Frank; MOSELEY, David; HALL, Elaine; ECCLESTONE, Kathryn. *Learning styles and pedagogy in post-16 learning: A systematic and critical review*. Learning and Skills Research Centre. 2004

MATTE, Ana Cristina Fricke (2008). «Análise Semiótica da Sala de Aula no Tempo de EAD». Revista Tecnologias na Educação. Página visitada em 21 de fevereiro de 2010.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação tecnológica*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 2001.

SILVA, Marco (org.). *Educação Online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003. 514 p.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: História da Educação **Código:** D1HED

Ano/ Semestre: 1º sem/1º bi **Nº aulas semanais:** 4

Total de aulas: 38 **Total de horas:** 31,7

2 - EMENTA: Compreender os processos de organização da educação escolar a partir das referências concretas constantes nas várias políticas educacionais que compõem a realidade brasileira, ressaltando: o período da oligarquia cafeeira, a industrialização restringida da década de 1930, a inserção do capitalismo de base multinacional / os contornos da ditadura militar e o período de inserção de políticas neoliberais enfatizando o ensino técnico

profissionalizante.

3 - OBJETIVOS: Possibilitar ao estudante a reflexão sobre as várias políticas educacionais constantes no cenário econômico brasileiro e sua relação com os liames do poder na perspectiva de se encontrar os nexos que justificam a manutenção/rupturas dos processos educacionais no transcorrer da história, principalmente aqueles vinculados ao ensino técnico profissionalizante

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Elementos de organização do Brasil agrário e a educação vinculada a um projeto elitista de reprodução da ordem vigente;

O manifesto dos pioneiros e o avanço da industrialização da década de 1930;

A “reforma Capanema” e a consolidação de uma política educacional brasileira em meio a uma proposta de profissionalização do trabalhador;

Os contornos da lei de diretrizes e bases da educação nacional 4024/1961 e a consolidação de uma política nacional de educação;

A internacionalização do capitalismo no Brasil: o acordo MEC-Usaid e a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (5692/1971).

O denominado processo de abertura política, a nova constituição de 1988 e os preceitos da LDB 9394/1996 e a legislação afeta ao ensino técnico profissionalizante.

Os processos de flexibilização da economia brasileira e as proposta educacionais do governo FHC.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 29. ed. Petrópolis:Vozes, 2005.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ARANHA, M. L. de. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna.2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do individualismo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura**

de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

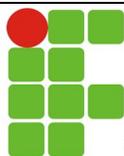
_____. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho.** Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas.** 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANACORDA, MÁRIO Alighiero. **História da Educação.** São Paulo, Cortez, 1989.

SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). **História da educação: processos, práticas e saberes.** 3ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Código: D1FSE

Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação

Ano / Semestre: 1º sem/1º bi

Nº aulas semanais: 4

Total de aulas: 38

Total de horas: 31,7

2 - EMENTA:

A disciplina estuda os fundamentos sociológicos e filosóficos para a compreensão e explicação das questões referentes à sociedade e a escola, analisando os aportes da escola como instituição social e seu cotidiano a partir dos paradigmas do consenso e do conflito. Para tanto, se estudam os conceitos e fins da educação, a importância da filosofia para a prática pedagógica e as concepções de homem, mundo e humanização.

3 - OBJETIVOS:

- Analisar as relações entre educação e sociedade à luz das explicações filosóficas e sociológicas.
- Estudar a escola como instituição social para compreender melhor seu papel na construção da cidadania.
- Compreender as concepções de educação, sociedade e mundo a fim de analisar criticamente

o processo educativo.

- Compreender os paradigmas do consenso e do conflito para analisar a educação.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Fundamentos filosóficos: Importância da filosofia para a educação.

Concepções de educação, sociedade e mundo para compreensão do processo de produção da existência humana.

Tendências pedagógicas da prática escolar

Concepção de reflexão filosófica

Fundamentos sociológicos: Cultura e humanização

O papel do conhecimento sociológico na compreensão do processo educativo.

Diferentes manifestações da educação na sociedade.

O paradigma do consenso no estudo das questões sociais.

O paradigma do conflito: educação como fator de mudança.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERY, Maria Amalia et al. **Para Compreender a Ciência: Uma Perspectiva Histórica**. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1988.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2ª ed revisada e ampliada. São Paulo: Moderna, 1996.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Maria de Lourdes; DALL'AGNOL, Darlei; DUTRA, Delamar Volpato. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **John Dewey: a utopia democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEMO, Pedro. **Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília: Plano Editora, 2004.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia da Educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2007, vol.12, n.34, pp. 152-165. ISSN 1413-2478. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 24 maio 2012, às 14h02min.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de nossa época; v. 23). Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pol%C3%ADtica_e_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 24 maio 2012, às 14h02min.

TRAGTENBERG, Maurício. **A escola como organização complexa**. Disponível em <<http://mauricio-tragtenberg.blogspot.com/2009/04/escola-como-organizacao-complexa>>

por.html>. Acesso em 24 maio 2012, às 14h40min.
ILLICH, Ivan. **Excertos.** Disponível em
<<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/illich/#Excertos>>.
Acesso em 24 maio 2012, às 14h41min.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Escola e Currículo **Código:** D2ESC

Ano / Semestre: 1º sem/2º bi **Nº aulas semanais:** 4

Total de aulas: 38 **Total de horas:** 31,7

2 - EMENTA:

A disciplina discute os fundamentos e concepções de currículo, enfatizando a sua história a partir da idéia do currículo como artefato cultural e social. Dessa forma trabalha as determinações sociais da história e da produção contextual do currículo, observando as relações de poder, o debate no âmbito da disciplina e da interdisciplinaridade, as práticas escolares, a ideologia do livro didático e dos documentos oficiais. Assim, busca-se a compreensão de currículo de maneira integrada e contextual compreendendo-o como campo de análise crítica e sociológica.

3 - OBJETIVOS:

Estudar concepções de currículo na atual produção teórica.
Estudar a história das disciplinas escolares e a interdisciplinaridade.
Analisar diferentes concepções curriculares na perspectiva histórica.
Discutir a ideologia do livro didático e dos documentos oficiais.
Aprofundar a concepção da tradição crítica e sociológica do currículo.
Analisar a relação entre currículo e políticas públicas.
Analisar a avaliação como instrumento de poder e revisão do currículo.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Concepções fundamentais sobre currículo:
Teoria do currículo: notas históricas.
Currículo, disciplina, interdisciplinaridade.
Currículo e prática docente:
Currículo e práticas pedagógicas.
Currículo e avaliação.
Livro didático e ideologia.
Currículo e a diversidade cultural.

5-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 3a Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Trad. M. Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DIAS SOBRINHO, JOSÉ. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAG, Bárbara. **O Livro didático em questão. São Paulo: Cortez, 1989.**

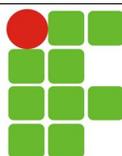
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. Trad. Maria Aparecida Baptista. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno; Gómez, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani SANTIAGO, Maria Eliete. Escola pública de 1º grau: da compreensão à intervenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTIAGO, Maria Eliete. **Escola pública de 1º grau: da compreensão à intervenção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 1	Código: D2DM1
--	----------------------

Ano / Semestre: 1º sem/2º bi	Nº aulas semanais: 4
-------------------------------------	-----------------------------

Total de aulas: 38	Total de horas: 31,7
---------------------------	-----------------------------

2 - EMENTA:

A disciplina trata da análise dos fundamentos teórico-práticos da multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem, atentando para a compreensão dos pressupostos políticos que estão subjacentes ao ato do planejamento didático, rompendo com a dimensão técnica do conhecimento.

3 - OBJETIVOS:

Refletir sobre a didática e sua evolução histórica, como requisito para superação da visão tradicional.

Estudar as ações de planejar e avaliar a partir de pressupostos metodológicos, políticos e sociais.

Estudar as relações entre discente e professor como possibilidade de construção de conhecimentos.

Estudar a sala de aula como contexto, formado pelas relações pedagógicas entre discentes e professores, mas que para ser analisada não prescinde da compreensão da escola e da sociedade.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A didática e sua evolução histórica.

Análise da sala de aula como contexto formado por sujeitos mediados pela realidade.

Fundamentos teóricos do processo de ensino e aprendizagem.

O papel da didática na formação do educador.

A organização do trabalho pedagógico.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 33ª ed. São Paulo: Cortez, 1994

RAMOS, Fabio Pestana. **Conceitos básicos em torno da Didática. Para entender a história...**: publicação on-line sobre assuntos relacionados com história, filosofia e educação. 2:mar. 2011. ISSN 2179-4111. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/conceitos-basicos-em-torno-da-didatica.html>. Acesso em: 25 abr. 2012.

VEIGA, I. et al. **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Práxis).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, A. R. LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L.S. **Trabalhos de pesquisa: diários de**

leitura para pesquisa bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

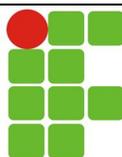
OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. (Saberes da docência).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 13ª ed. São Paulo: Libertad, 2002. (Cadernos Pedagógicos do Libertad).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

_____. **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papyrus, 1991. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1- IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Código: D3LIB

Ano/ Semestre: 2º sem/3º bi

Nº aulas semanais: 3

Total de aulas: 27

Total de horas: 22,5

2 - EMENTA:

A legitimação de Libras como língua oficial dos surdos no Brasil. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Libras. O ensino de Libras em contexto.

3 - OBJETIVOS:

- Reconhecer a Libras como a língua usada pela comunidade surda do Brasil para se comunicar.
- Caracterizar a Libras como língua, identificando os principais aspectos de sua gramática.
- Propor uma reflexão sobre a história, cultura e a identidade dos surdos e refletir sobre os melhores modelos educacionais para os surdos.

- Oferecer uma base linguística e lexical em Libras aos alunos.
- Desenvolver a habilidade de comunicação em Libras.
- Domínio básico da Língua de Sinais Brasileira; incluir no processo de escolarização os alunos com Deficiência Auditiva/Surdez.
- Reconhecer o seu papel de educador, que busca a inclusão de todos, articulando os conhecimentos e as características de personalidade, que caracterizam a competência no contexto social.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Aspectos históricos da surdez e da modalidade gestual-visual de fala na antiguidade e na modernidade.
- As correntes filosóficas: Oralismo, Comunicação Total, Bimodalismo e Bilinguismo.
- A Libras como língua; restrições linguísticas da modalidade de língua gestual-visual.
- A educação dos Surdos no Brasil, legislação e o intérprete de Libras.
- Distinção entre língua e linguagem
- Aspectos gramaticais da Libras.
- Lei no. 10.098, lei no. 10.436 e Decreto no. 5.626
- Aspectos emocionais do diagnóstico da surdez e os recursos tecnológicos que auxiliam a vida do surdo
 - Sinais específicos da área de Física, de alfabeto, números, clichês sociais, identificação pessoal, tempo, cumprimentos, verbos, calendário, natureza, cores, profissões, meios de transporte, vestuário, lugares, animais, família, meios de comunicação, antônimos, cidades e estados brasileiros, atitudes e sentimentos.
- Classificadores.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F.C, RAPHAEL, W.D; MAURÍCIO, A. C. **Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira.** 3 ed. São Paulo: Edusp, 2010.

CAPOVILLA, F.C; RAPHAEL, W.D **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O mundo do surdos em Libras. Volume 1 – Educação.** São Paulo, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos Surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTELHO, P. **Segredos e silêncio na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Brasil. MEC/CENESP. **Princípios básicos da educação especial.** Brasília: MEC/CENESP, 1974.

GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, C. **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: **Código: D4DM2**

Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino 2*

Ano / Semestre: 2º sem/4º bi **Nº aulas semanais: 4**

Total de aulas: 38

Total de horas: 31,7

2 - EMENTA:

A disciplina trata da análise das metodologias de ensino e dos processos avaliativos vivenciados na instituição escolar; na busca da construção de um trabalho docente que conceba a múltipla implicação das dimensões política, técnica e humana.

3 - OBJETIVOS:

Analisar o trabalho docente a partir da relação entre as dimensões institucional/organizacional, pedagógica/política, filosófica/epistemológica.
Estudar metodologia do ensino como agente estruturante da prática docente.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O ato de planejar: concepções de objetivos, ementas, conteúdos programáticos, atividade e metodologia.
A avaliação da aprendizagem: concepções, objetivos e práticas.
A organização do trabalho pedagógico.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SACRISTÁN, J. Gimeno; Gómez, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino.** Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª Ed. ArtMed, 1998.
HOFFMAN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio.** Porto Alegre: Educação e Trabalho, 1992.
PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças C. **Docência no ensino superior.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em questão**. 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Práxis).

MACHADO, Nilson José. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

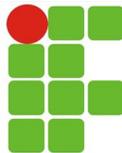
OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Alternativas no ensino de didática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. (Saberes da docência).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____. **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 1991. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 13ª ed. São Paulo: Libertad, 2002. (Cadernos Pedagógicos do Libertad).



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Políticas Públicas e Organização da Educação Básica	Código: D3POE
--	----------------------

Ano/Semestre: 2º sem/3º bi	Nº aulas semanais: 4
-----------------------------------	-----------------------------

Total de aulas: 38	Total de horas: 31,7
---------------------------	-----------------------------

2 - EMENTA:

A presente disciplina estuda as políticas públicas e a organização da educação básica no Brasil enfatizando os princípios legais e suas relações com o desenvolvimento social e econômico no âmbito da globalização/mundialização. Para tanto se analisará as políticas neoliberais e como ela se reflete na educação tomando as demandas sociais como ponto de reflexão e crítica para se pensar uma educação democrática.

3 - OBJETIVOS:

Conhecer perspectivas analíticas que enfocam o estado e suas políticas.
Analisar as políticas públicas num contexto de globalização/mundialização e seus impactos na organização da educação.
Discutir o papel do estado na construção de uma educação democrática.
Estudar a organização do sistema de ensino brasileiro prevista na LDB nº 9.394/96, quanto à sua ordenação administrativa, didática e curricular.
Analisar as políticas educacionais implementadas na Educação Profissional.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Estado e Políticas Públicas:
Caracterização geral do Estado e perspectivas analíticas para a explicação de suas políticas.
O impacto da Economia global na sociedade contemporânea e as políticas educacionais.
Análise da relação Estado e mercado.

Compromissos sociais do estado com a educação básica.

Organização da Educação e as Políticas Públicas:

Sistema Escolar: princípios, concepções e notas históricas sobre sua construção.

Educação brasileira: centralização / descentralização, qualidade / quantidade; público / privado.

O contexto da implantação da LDB nº 9.394/96 e seus princípios.

Educação básica: níveis e modalidades.

Democratização do acesso e garantia de permanência.

O financiamento da Educação Básica Brasileira.

O ensino Profissionalizante e suas diretrizes.

Plano Nacional de Educação.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUILAR. LUIS ENRIQUE. **Estado Deserto**. Brasil-Argentina nos anos de 1982-1992. Campinas, SP. 2000.

BRASIL, MEC. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Curso de Nível Superior**, Brasília, 2000.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

BRASIL, MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP1 e CP02, de 18 de fevereiro de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. D.O.U. Brasília de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

BORGES, Zacarias P. **Política e Educação**. Análise de uma perspectiva partidária. Campinas: Horthograph. 2002.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; MOURA, Arlete Pereira. **Políticas Educacionais e (re) significações do currículo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira; MANCEBO, Deise (orgs.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós educação no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008 (Coleção políticas universitárias/ anped).

VIEIRA, Sofia Lerche e FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**. Brasília: Plano Editora. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BANCO MUNDIAL. **La Educación superior en los países en desarrollo; peligros y promesas.** Trad. Maria Angélica Monardes. Washington: Banco Mundial. 2000. (original Inglês).

CATANI, A. Mendes. (org.). **América latina:** impasses e alternativas. São Paulo: Humanitas, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir:** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 10ed., 2006 .

DELPHINO, FÁTIMA BEATRIZ DE BENEDICTIS. **Um Estudo Comparado sobre a Educação Profissional do Brasil e da Argentina:** Contraponto entre as Políticas Educacionais e o Contexto do Mundo Produtivo nos últimos quarenta anos.

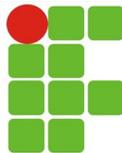
FERRETTI, Celso, J.; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs). **Trabalho, formação e currículo:** para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

MACEBO, Deise e FÁVERO, Maria de Lurdes de A (orgs). **Universidade:** Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; GONSALVES, Elisa Pereira Gonsalves; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (orgs.). **Currículo e Contemporaneidade:** questões emergentes. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004 (Coleção Educação em Debate).

Conforme deliberação do Conselho Superior, na disciplina de Fundamentos da Didática e Metodologia do Ensino 2, as turmas serão divididas por áreas/eixo de formação. Isso irá garantir as especificidades de ordem metodológica que envolvem o ensino e aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento e, em especial, a didática da educação profissional.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular: Psicologia da Educação	Código: D4PED
---	----------------------

Ano/Semestre: 2º sem/4º bi	Nº aulas semanais: 3
-----------------------------------	-----------------------------

Total de aulas: 27	Total de horas: 22,5
---------------------------	-----------------------------

2 - EMENTA:

A presente disciplina estuda as Teorias de Aprendizagem Behaviorismo: fase filosófica, princípios norteadores; construtivismo: Piaget; conceitos piagetianos de desenvolvimento da inteligência; interacionismo social: Vygotsky; conceitos vygotkianos; reflexão das diferentes concepções na prática de ensino.

3 - OBJETIVOS:

Apresentar e discutir alguns dos principais pressupostos norteadores dos paradigmas sobre aprendizagem e desenvolvimento humano e suas implicações para a educação. Refletir sobre as diferentes correntes da psicologia apresentadas fazendo relações dos conceitos com a sala de aula.

Compreender algumas das principais e mais influentes abordagens da psicologia na educação brasileira hoje;

Relacionar a aprendizagem ao desenvolvimento humano;

Relacionar as diferentes concepções com as práticas docentes;

Diferenciar os princípios norteadores das diferentes concepções;

Compreender os principais conceitos vygotkianos e suas implicações na aprendizagem e no desenvolvimento humano;

Refletir sobre atividades dadas em sala de aula e as concepções que embasam essas atividades.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Behaviorismo: fase filosófica, princípios norteadores; atividades didáticas de influência comportamentalista

Construtivismo; Piaget

Conceitos piagetianos de desenvolvimento da inteligência

Atividades exemplificadoras da abordagem construtivista

Interacionismo social; Vygotsky

Vygotsky: base filosófica

Conceitos vygotkianos

Mediação simbólica, discurso interior, fala egocêntrica, aprendizagem e desenvolvimento, zona de desenvolvimento imediato/proximal; papel da escola; brincadeira e desenvolvimento; linguagem escrita.

Atividades exemplificadoras da abordagem interacionista social
Relação das teorias apresentadas com a prática de ensino superior.
Seminário, diário de leitura e resenha (apresentação e discussão desses gêneros que serão utilizados como avaliadores)

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez Editora. 2a ed. 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Editora Scipione. 4a ed. 2003.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky. Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Coleção Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. Vol 2 **Resenha**. (2004) São Paulo: Editora Parábola.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Coleção Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. Vol 4 **Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica** (2007). São Paulo: Editora Parábola.

SCHNEUWLY, Bernard.; DOLZ, Joaquim. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Campinas: Mercado de Letras. 2004.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia Pedagógica**. Edição Comentada. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular:
Seminários de Prática Docente 1

Código: D3SP1

Ano / Semestre: 2º sem/3º bi

Nº aulas semanais: 4

Total de aulas: 38

Total de horas: 31,7

2 - EMENTA:

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos licenciandos participantes do programa de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

3 - OBJETIVOS:

Trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas.

Integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares

Buscar outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente

Sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente.

Desencadear uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos licenciandos, assim como das vivências dos estágios.

Sistematizar as discussões a partir da produção de artigos ou demais produtos afetos ao desenvolvimento pedagógico.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Seminários integralizadores baseados em temas geradores e situações problema.

Dentre os possíveis temas serão trabalhados:

Teorias de ensino aprendizagem: comportamental, cognitiva e sócio-histórica

Uso de recursos didáticos na educação profissional: livro didático, laboratório, recursos áudio-visuais e computador
Uso de Tecnologias da informação na prática didática
Avaliação das atividades de ensino.
Avaliação do processo de ensino e aprendizagem.
Fracasso e exclusão escolar.
Evasão escolar
Planejamento de atividades práticas e experimentação.
Elaboração e implementação de projetos disciplinares e interdisciplinares.
Análise/elaboração de planejamento curricular – planos de curso e de aula.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COOL, MARTÍN et al. **O construtivismo na sala de aula**. S. Paulo: Ática, 1998.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus. 1989.

FREIRE, P. **Uma Educação para a liberdade**. Porto: Textos Marginais, 1974.

ROVAI, Isméria (org.). **Competência e competências: contribuição crítica ao debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, I. P. (org.) **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, Papirus, 1999.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

1 - IDENTIFICAÇÃO

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio

Componente curricular:

Seminários de Prática Docente 2

Código: D4SP2

Ano / Semestre: 2º sem/4º bi

Nº aulas semanais: 3

Total de aulas: 27

Total de horas: 22,5

2 - EMENTA:

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e analisada pelos licenciandos participantes do programa de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

3 - OBJETIVOS:

Trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas.

Integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares

Buscar outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente

Sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente.

Desencadear uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos licenciandos, assim como das vivências dos estágios.

Sistematizar as discussões a partir da produção de artigos ou demais produtos afetos ao desenvolvimento pedagógico.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Seminários integralizadores baseados em temas geradores e situações problema .

Dentre os possíveis temas serão trabalhados:

Teorias de ensino aprendizagem: comportamental, cognitiva e socio-histórica

Uso de recursos didáticos na educação profissional: livro didático, laboratório, recursos audio-visuais e computador

Uso de Tecnologias da informação na prática didática

Avaliação das atividades de ensino.

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Fracasso e exclusão escolar.

Evasão escolar

Planejamento de atividades práticas e experimentação.

Elaboração e implementação de projetos disciplinares e interdisciplinares.

Análise/elaboração de planejamento curricular – planos de curso e de aula.

5 - BIBLIOGRAFIA:

DUCH, Barbara J.; GROH, Susan E. e ALLEN, E, Deborah (Eds.). **O poder da aprendizagem baseada em problemas**. New York: Stylus Publishing, 2001

CARBONELL, Jaume Sebarroja (org). **Pedagogias do século XX**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

LOWMAN, Joseph. **Dominando as técnicas de ensino**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FURNALETTO, E. C . *As dimensões interdisciplinares dos projetos*. In: **Revisitando a prática docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação**, Meneses, J. G. C., Batista, S. H. S. S.(Orgs.), São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEITE, L. H. A.; OLIVEIRA, M. E. P. de; MALDONADO, M. D. **Projetos de trabalho**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação à Distância. Diários: projetos de trabalho. Brasília: MEC/SEED, 1998. p. 57-98. (Cadernos da TV Escola. PCN na Escola; n. 3). Disponível em:

<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/pdf/diarios.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2011.

MENESES, J. G. C., BATISTA, S. H. S. S.(Orgs.). **Revisitando a Prática Docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOREIRA, Marco Antônio, **Aprendizagem Significativa**. Brasília. Editora da UnB, 1999

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

8.7 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado deverá seguir os preceitos legais das Normas Acadêmicas e da Resolução nº1, de 21 de janeiro de 2004 do IFSP; da LDB nº 9.394/96, assim como a Resolução do CNE nº 2, de 26 de junho de 1997 que estabelece a carga horária de 300 horas a ser desenvolvida em instituições de ensino básico, vedada a oferta exclusiva ao final do curso, portanto, devendo ser iniciado no prazo máximo de trinta dias, contados a partir do primeiro dia letivo do curso. Terá enfoque não apenas no trabalho em sala de aula, mas nas atividades específicas da vida escolar, como o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro, reuniões pedagógicas, eventos com a comunidade escolar e a realidade da escola.

Ainda no que tange às prerrogativas legais, os licenciandos participantes do curso que estiverem ministrando aulas da disciplina que pretendam habilitar-se poderão incorporar o trabalho como capacitação em serviço, desde que supervisionado pelo IFSP. Neste sentido, o Instituto tem a responsabilidade da supervisão do Estágio Curricular, desde a sua operacionalização e vivência até a sua validação, ou seja, deverá buscar a institucionalização dos campos de estágio.

Através da institucionalização dos campos de estágio, buscar-se-á a integração do IFSP *campus* São Paulo com as escolas de Educação Básica a fim de integrar o projeto do curso de formação e os projetos pedagógicos destas escolas, levando-se em conta as necessidades profissionais dos licenciandos, consolidando a co-responsabilidade e o trabalho coletivo entre os professores-formadores e os licenciandos.

Com a indissociabilidade entre teoria e prática como eixo norteador do estágio busca-se compreender a dimensão do trabalho em sala de aula, as relações pedagógicas *in loco* e, em termos mais amplos, a totalidade da instituição Escola. É no dia a dia da escola que se constroem as lutas político-pedagógicas e as relações com as forças sociais, pois a escola exerce a dupla função social de formar intelectuais e difundir uma concepção de mundo em consonância com os princípios que devem reger a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Estágio Supervisionado sistematiza a prática pedagógica/escolar do licenciando participante desse Curso de Formação Pedagógica, ao trabalhar situações reais, traz ao licenciando a experiência do contexto vivo onde se constrói/produz a aprendizagem no ensino técnico profissionalizante, permitindo que o estagiário vivencie as estruturas de conhecimento e de poder que permeiam a Escola. Isto proporciona reforço para a análise das condições concretas de aquisição e sistematização do saber com vistas à intervenção/mudança da realidade. Nesse sentido, buscam-se condições para que os participantes avaliem e incorporem uma postura crítica e criativa, levando em conta:

- desvendar a complexidade das relações tecnológicas e sua relevância no processo social;
- explicitar os mecanismos que ordenam a aprendizagem do ensino técnico profissionalizante e suas relações com o conhecimento formal;
- conhecer a realidade complexa das redes de ensino;
- entender e participar das relações e tensões presentes na unidade educacional onde atua ou na escola campo onde desenvolve seu estágio;
- analisar os anseios dos diversos segmentos envolvidos no processo educacional;
- compreender o papel social, político, cultural e educacional que a escola tem desempenhado na formação do trabalhador;
- reconhecer o papel do professor na elaboração dos projetos veiculados na comunidade escolar.

Assim, a realização do estágio supervisionado deverá permitir ao participante vivenciar o cotidiano que permeia as ações didático-pedagógicas nas escolas e promover a incorporação de um repertório que contribua para uma discussão mais abrangente e significativa no plano de sua formação.

Dessa forma, e com o conteúdo específico tratado como elemento aglutinador de uma *praxis* que integra teoria e prática, o licenciando materializa procedimentos passíveis de serem incorporados no cotidiano escolar da formação técnico profissional de nível

médio, (re)estabelece as suas concepções didático-pedagógicas e, por fim, adquire as condições necessárias à construção da sua identidade profissional.

8.7.1 Projeto de estágio supervisionado:

O participante deverá desenvolver suas atividades de estágio contando com um **Projeto de Estágio** que incorpora: diagnóstico/observação/regência/participação a partir da possibilidade de vivenciar e interagir com uma Escola/sala de aula onde atua ou “escola campo” objeto do estágio para buscar nexos que possam estruturar seu pensamento e sua prática.

Assim, enquanto elemento atuante na experiência de ensino, o licenciando pode se tornar capaz de compreender o processo da aprendizagem em todos os seus aspectos e, dessa forma, analisar o seu papel enquanto veiculador de um conhecimento que expressa uma maneira de compreender o mundo, compartilhando com o grupo que compõe a “escola campo” seus conflitos e contradições numa perspectiva crítica que expressa autonomia frente ao conhecimento e a tarefa de ensinar.

A elaboração do **Projeto de Estágio** pressupõe, num primeiro momento, o inventário das situações que conformam a realidade escolar, a partir de um processo coletivo de discussão, remetendo para a construção de documentos diagnósticos que devem subsidiar a consecução de uma proposta de atuação do estagiário na denominada “escola campo”, o que permite sistematizar a teoria explicitada no Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP *campus* São Paulo e os preceitos significativos da prática educativa.

Nesse contexto organiza-se a filosofia, as concepções e a estrutura desse Projeto, uma tarefa coletiva que se altera dialeticamente na medida em que novas questões vão se explicitando. Para a realização desse projeto é necessário:

- conhecer a estrutura e o trabalho em uma “escola campo”: seus problemas e perspectivas concretas de atuação;
- reconhecer o trabalho do professor dessa escola enquanto elemento difusor de um conhecimento reiterativo (mantenedor) ou emancipatório (transformador);

- refletir sobre a produção do conhecimento em geral e do ensino técnico profissionalizante em particular;
- tomar contato e observar o encaminhamento / desenvolvimento de projetos educacionais disciplinares e interdisciplinares veiculados pela “escola campo”;
- discutir e propor formas de atuação dos professores em nível de outras metodologias;
- compreender a relevância de projetos no exercício da prática profissional do professor;
- instigar a reflexão no âmbito da interdisciplinaridade enquanto requisito fundamental na realização de projetos educacionais.

Esses objetivos deverão relacionar conteúdos que, no âmbito da teoria, indicam reflexões que articulam propostas concretas relacionadas aos núcleos:

- NÚCLEO CONTEXTUAL:
 - História da Educação
 - Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação
 - Políticas Públicas e Organização da Educação Básica
 - Psicologia da Educação
- NÚCLEO ESTRUTURAL:
 - Escola e Currículo
 - Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino
- NÚCLEO INTEGRADOR:
 - Seminários da Prática Docente
 - Estágio Curricular Supervisionado
 - Libras

Conforme deliberado pelo Conselho Superior, o acompanhamento da formação em serviço/estágio será feito *in loco*, e para os licenciandos não docentes será realizado com atividades de regência. Isso deve garantir a prática profissional docente nas atividades de estágio supervisionado e a avaliação da prática dos licenciandos, no caso da validação da experiência docente.

9. Aproveitamento de Estudos

O Curso de Formação Pedagógica para a Educação Profissional do IFSP *campus* São Paulo não prevê formalmente nenhum tipo de aproveitamento de estudos, embora expresse concretamente a postura de formação do professor que reconhece essa prática, visto que o próprio curso já é, na sua essência, uma expressão dessa possibilidade por articular-se com a formação inicial do licenciando.

Quando se reconhece que, em geral, o professor das disciplinas técnicas traz para a sala de aula uma experiência vinculada a uma formação específica que não inclui os preceitos fundamentais ao exercício do magistério, levanta-se o valor de uma concepção de educação que seja estruturada pela articulação entre conhecimento específico, saber pedagógico e experiência de vida.

10. Colegiado de Curso

O colegiado do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio do *campus* São Paulo acata a instrução normativa n.º 02/PRE, de 26 de março de 2010, cujo teor determina as suas competências e atribuições conforme segue:

Art. 1º Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Conduzir e aprovar em primeira instância os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, inclusive, a grade curricular, o perfil do egresso, o projeto de estágio supervisionado, estrutura de pré-requisitos para apreciação e aprovação de instâncias superiores do IFSP.
- II. Emitir parecer, quando solicitado, sobre: aproveitamento de estudos, de competências acadêmicas e profissionais; aceleração de estudos, transferências e de adaptações, mediante requerimento dos interessados e apresentação dos documentos comprobatórios.
- III. Estabelecer, semestral, ou anualmente, os critérios de seleção para preenchimento de vagas remanescentes ociosas a partir do segundo semestre/ano.

- IV. Elaborar e Aprovar Regulamento de Atividades Complementares;
- V. Estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso.
- VI. Organizar o processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.
- VII. Quando do reconhecimento, as sugestões da comissão para reorganizar o curso deverão ser encaminhadas à Pró-Reitoria de Ensino.
- VIII. Analisar e dar parecer de solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos licenciandos não previstas no Regulamento de Atividades Complementares.
- IX. Avaliar as propostas de projetos e convênios encaminhados pela coordenação do curso.
- X. Apontar as necessidades de alocação de recursos materiais, humanos, bem como capacitação destinada ao aprimoramento do curso.
- XI. Avaliar a solicitação de dispensa de licenciandos monitores, mediante proposta do seu Coordenador, a ser submetida ao órgão responsável.
- XII. Deliberar em primeira instância sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão do curso.

Art. 2º O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP.

Art. 3º O Colegiado de Curso é parte das políticas pedagógicas da Pró-Reitoria de Ensino e deve constar no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 4º O Colegiado de Curso é composto dos seguintes membros:

- I. Pelo Coordenador de Curso (ou na falta deste, o Gerente Acadêmico), que será o presidente do Colegiado.
- II. Pelo menos 30% dos docentes que ministram aulas no curso.
- III. 20% de discentes, garantindo pelo menos um.
- IV. 10% de técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos, garantindo pelo menos um;

Parágrafo único: Os incisos I e II devem totalizar 70% do Colegiado, respeitando o artigo n.º 56 da LDB.

Art. 5º A escolha dos representantes se dará da seguinte forma:

- I. Os representantes docentes e seus suplentes serão eleitos pelos seus pares.
- II. Os representantes discentes e seus suplentes serão licenciandos regularmente matriculados no curso e eleitos pelos seus pares.
- III. Os representantes técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos e seus suplentes poderão ser eleitos pelos seus pares.
- IV. Os representantes discentes, docentes e técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos, efetivos, terão cada qual, um suplente, eleito pelos seus pares no mesmo processo e na ocasião da escolha dos titulares.

Art. 6º O Diretor geral do *campus* publicará em portaria específica os membros que compõem o Colegiado de cada curso.

Art. 7º A participação de não-membros do Colegiado de Curso em reuniões poderá ocorrer, sem direito a voto, desde que haja aprovação do Colegiado.

Art. 8º O Colegiado de Curso é presidido pelo Coordenador de Curso, eleito de acordo com a portaria de eleição de coordenadores.

Art. 9º- São atribuições do Presidente, além de outras expressas neste Regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

- I. Convocar e presidir as sessões.
- II. Designar o relator e a secretaria da sessão.
- III. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.
- IV. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior.
- V. Anunciar a pauta e o número de membros presentes e o término dos trabalhos.
- VI. Conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso.
- VII. Decidir as questões de ordem.

- VIII. Submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação.
- IX. Convocar sessões extraordinárias.
- X. Dar posse aos membros do Colegiado.
- XI. Comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do Colegiado.
- XII. Direito ao voto de qualidade, em caso de empate.

Parágrafo único: Mediante aprovação do Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro, poderá inverter a ordem dos trabalhos, ou atribuir urgência a determinados assuntos dentre os constantes da pauta.

Art. 10 Os representantes docentes, técnico em assuntos educacionais ou pedagogo e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos.

Art. 11 Os representantes discentes e seus suplentes terão mandato de um ano.

Art. 12 A cessação do vínculo empregatício, bem como afastamentos das atividades docentes e/ou técnico-administrativas, independentemente do motivo acarreta a perda do mandato.

Art. 13 O processo eleitoral deverá ser conduzido pelo Colegiado de Curso, a partir de comissão indicada pelo mesmo.

§1º Nenhum candidato poderá participar da comissão.

§2º A primeira eleição será conduzida pelo Coordenador do Curso. Na ausência deste, o Colegiado deverá votar num membro para conduzir esse processo eleitoral.

§3º O voto deverá ser secreto para todos os representantes.

Art. 14 O edital do processo eleitoral deverá ser publicado com antecedência mínima de dez dias úteis nos murais e no endereço eletrônico oficial desta Instituição.

Art. 15 O Colegiado de Curso funciona em sessão plenária, com a maioria absoluta (50% mais um) de seus membros em primeira chamada e (pelo menos quinze minutos após o horário da primeira convocação) com qualquer número em segunda chamada, reunindo-se ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo seu Presidente, por sua própria iniciativa ou a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Art. 16 Quando um membro não participa de duas sessões, e seu suplente também não, deverá ser realizado outra eleição para esta vaga.

Art. 17 A ata de cada sessão do Colegiado de Curso será lavrada e submetida à aprovação na sessão seguinte. Depois de votada e aprovada, é assinada pelo Presidente, pelo relator e pelos presentes.

Parágrafo único: As atas do Colegiado, após sua aprovação, são arquivadas na Coordenação do Curso, com livre acesso aos membros do Colegiado e aos demais interessados mediante solicitação por escrito para a presidência.

Art. 18 Das decisões do Colegiado de Curso não caberá recurso sem apresentação de novos fatos.

Art. 19 As reuniões ordinárias deverão ocorrer no início e no final do semestre devendo ser convocadas com no mínimo sete dias úteis de antecedência.

Art. 20 As reuniões extraordinárias devem ser convocadas formalmente, no mínimo, 48 horas antes de sua realização, devendo constar da convocação a pauta a ser tratada.

Parágrafo único: É prioritário, a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso.

Art. 21- Na ausência do Presidente do Colegiado de Curso, a reunião será presidida por um membro indicado pela maioria dos membros presentes.

Art. 22 Os casos omissos neste documento serão apreciados e julgados por todos os professores do curso em sessão presidida pelo coordenador.

Art. 23 O Conselho de Ensino poderá propor modificações neste documento.

Art. 24 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

11. Atendimento ao Discente

O licenciando contará com todos os recursos disponibilizados a todos os estudantes do *campus* São Paulo, como a Coordenadoria de Orientação Escolar, a Caixa Escolar, a Biblioteca, toda a infraestrutura do *campus*, recursos *online*, atendimento personalizado e tutores.

12. Certificação

O concluinte receberá certificado e registro profissional equivalentes à licenciatura plena. Conforme determinação do Conselho Superior do IFSP, a habilitação final do estudante será por área profissional e não por disciplina. Ex: o certificado sairá como: habilitado em licenciatura plena para as disciplinas da formação profissional de nível médio na área de (Administração, Mecânica, Elétrica, Saúde/Biológicas).

Embora a Resolução 002/97 faça referência a disciplinas, o Parecer CNE/CES 004/97 assim recomenda:

As disciplinas, ou áreas de conhecimento, também apresentam diferenças, cujo atendimento tem que ser feito com cuidado. Sabe-se que a falta de professores se dá especialmente nas disciplinas de matemática, física, química, geografia, mas sabe-se também que essa falta não se apresenta de maneira idêntica por todo o país, por isso sendo muito importante a consideração da situação específica de cada local.

12.1 Modelo de Certificado

O Diretor Geral do Campus São Paulo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no uso de suas atribuições, certifica que XXXXXXXXX, nacionalidade Brasileira, natural do Estado XXXXXXXX, nascido(a) em xx/xx/xxxx, Cédula de Identidade RG (nº XXXXXXXX), CPF (nº XXXXXXXX), concluiu com aproveitamento e frequência o CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, estando HABILITADO em LICENCIATURA PLENA PARA AS DISCIPLINAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO na área XXXXXXXX, em (xx/xx/xxxx), a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, (xx/xx/xxxx).

Certificado expedido pela Diretoria de Graduação, do IFSP, em xx/xx/xxxx.

assinatura
carimbo com nome/cargo/setor

Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, reconhecido pela Portaria nº _____, de xx/xx/xxxx, publicado no D.O.U. nº _____, seção _____, página nº ____ de xx/xx/xxxx.

MEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, e Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, § 3º, Livro nº _____, às folhas nº _____.

São Paulo, xx/xx/xxxx

Apostila

13. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Estruturante (NDE) refere-se ao conjunto de professores que respondem diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso no *campus* São Paulo, e é composto pelos seguintes profissionais:

- Professor Doutor Armando Traldi Junior
- Professora Doutora Cynthia Regina Fischer
- Professor Mestre Eduardo José Stefanelli
- Professor Mestre José Luís Salmaso
- Professora Doutora Fátima Beatriz de Benedictis Delphino
- Professora Mestre Marlene das Neves Guarienti

14. Corpo Docente

Nome do Professor	Titulação	Reg. de trabalho	Disciplina	Sem/Ano
Amanda Lopes Marques	Doutora em Educação	RDE	SP1	2º/3ºbi 2º/4ºbi
Carlos Vinícius Veneziani dos Santos	Mestre em Literatura Brasileira	RDE	FSE	1º/1ºbi
Cynthia Regina Fischer	Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	RDE	ESC	1º/2ºbi 2º/4ºbi 2º/4ºbi
Eduardo José Stefanelli	Mestre em Sistemas de Informação	RDE	SP1 SP2	2º/3ºbi 2º/4ºbi
Fátima Beatriz De Benedictis Delphino	Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Pós-doutora em Educação	RDE	HED	1º/1º bi 2º/3º bi
José Luís Salmaso	Mestre em Educação	20h	FSE	1º/1ºbi
Lucineide Machado Pinheiro	Mestre em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência	RDE	LIBRAS	2º/3ºbi
Maria Aparecida Gazotti Vallim	Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	40h	DM1 PED	1º/2ºbi 2º/4ºbi
Marlene das Neves Guarienti	Doutora em Filologia e Língua Portuguesa	RDE	SP2	2º/4º bi
Valéria Cordeiro Fernandes Belletati	Doutora em Educação, Universidade de São Paulo	40 h	DM2	2º/4ºbi

15. Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico

Nome do Servidor	Formação	Cargo/Função
Maria Cristina R. Cerqueira	pedagoga	pedagoga
Daniel Silva dos Santos	psicólogo	psicólogo
Solange M. de Souza	pedagoga	pedagoga

16. BIBLIOGRAFIA:

FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.

MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2004

PINTO, G. T. *Oitenta e Dois Anos Depois: Relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo*. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.